

# 41

## ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS



### ANÁLISE DAS EMPRESAS DA REGIÃO CENTRO

JAN. 2020



BANCO DE  
PORTUGAL  
EUROSISTEMA



# 41

## ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

### ANÁLISE DAS EMPRESAS DA REGIÃO CENTRO

JAN. 2020



**BANCO DE PORTUGAL**  
EUROSYSTEM

Lisboa, 2020 • [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)



# Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2018, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal. A informação da Central de Responsabilidades de Crédito permite caracterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor bancário residente. Foram incorporados neste estudo dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao período compreendido entre dezembro de 2014 e junho de 2019.



# Sumário

Neste estudo, o Banco de Portugal analisa as empresas com sede na região Centro, decompostas pelas sub-regiões que a compõem: Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa, Médio Tejo e Beiras e Serra da Estrela.

Em 2018, estavam sediadas na região Centro 86 mil empresas (19% das sociedades não financeiras a operar em Portugal). Estas empresas agregavam 17% das pessoas ao serviço das empresas portuguesas (505 mil pessoas) e geraram 62 mil milhões de euros de volume de negócios (16% do volume de negócios do total das empresas).

A maioria das empresas da região, do respetivo volume de negócios e das pessoas ao serviço estava associada às sub-regiões Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Oeste. Em 2018, estas sub-regiões agregavam 69% das empresas da região Centro, 72% do volume de negócios e 71% das pessoas ao serviço.

Os setores mais relevantes na região Centro eram a indústria e o comércio. Em conjunto representavam 76% do volume de negócios e agregavam 57% das pessoas ao serviço das empresas da região em 2018. Tendo em conta estes indicadores, destacava-se o maior peso da indústria na região Centro (40% do volume de negócios e 36% do número de pessoas ao serviço da região, face a 25% e 23%, respetivamente, no total das empresas). Atendendo ao número de empresas, destacava-se o peso dos outros serviços (43% das empresas da região). O peso da região era particularmente significativo na agricultura e pescas e na indústria: em 2018, 27% das empresas portuguesas da agricultura e pescas estavam sediadas na região Centro, sendo estas responsáveis por 36% do volume de negócios gerado pelo setor em Portugal. A região agregava, ainda, 24% das empresas portuguesas da indústria, responsáveis por 25% do volume de negócios deste setor.

Em 2018, 89% das empresas sediadas na região Centro eram microempresas. Estas empresas representavam 20% do volume de negócios e 32% das pessoas ao serviço da região. As pequenas e médias empresas (11% das empresas sediadas na região Centro) geraram 53% do volume de negócios e agregavam 53% das pessoas ao serviço.

As empresas mais jovens da região Centro tinham um peso relativo inferior ao verificado no total das empresas, em número. Em 2018, as empresas com mais de 20 anos geraram 54% volume de negócios e agregavam 47% das pessoas ao serviço da região (57% e 46% no total das empresas, respetivamente).

No mesmo ano, 15% das empresas da região Centro realizaram exportações. Integravam o setor exportador 6% das empresas, as quais eram responsáveis por 36% do volume de negócios gerado na região.

O número de empresas em atividade na região Centro aumentou 1,7% entre 2017 e 2018, crescimento inferior ao observado para o total das empresas. As sub-regiões Oeste (2,3%), Região de Aveiro (2,2%), Região de Leiria (1,9%) e Viseu Dão Lafões (1,7%) registaram aumentos do número de empresas em atividade superiores aos apresentados pela região Centro como um todo.

O volume de negócios da região Centro aumentou 7% em 2018, subida marginalmente superior à registada no total das empresas. A evolução do volume de negócios da região foi determinada essencialmente pelo mercado interno, ainda que as exportações tenham representado 22% do volume de negócios (21% no total das empresas).

Entre 2017 e 2018, os gastos da atividade operacional da região Centro também aumentaram 7%, crescimento idêntico ao verificado no total das empresas. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) representava 64% dos gastos da atividade operacional das empresas da região (59% no total das empresas).

O EBITDA das empresas da região Centro voltou a crescer em 2018. Este foi o sexto ano consecutivo em que o EBITDA das empresas da região cresceu, ainda que o crescimento registado em 2018 (9%) tenha sido 5 pp inferior ao observado em 2017. O crescimento do EBITDA da região superou o observado no total das empresas (2%).

A rentabilidade dos capitais próprios da região Centro foi de 10%, em 2018. Este valor foi semelhante ao registado em 2017, superando a rentabilidade verificada no total das empresas (8%). Em 2018, a margem operacional da região foi de 11% e a margem líquida de 4%, valores análogos aos registados no total das empresas.

A autonomia financeira da região Centro era de 39% em 2018, valor 3 pp acima do observado no total das empresas. Não obstante, 23% das empresas da região apresentavam capitais próprios negativos (26% no total das empresas).

A dívida remunerada representava 51% do passivo das empresas da região Centro. Os empréstimos bancários constituíam a principal parcela da dívida remunerada (60%), seguindo-se os financiamentos de empresas do grupo (22%).

Entre 2017 e 2018, o passivo das empresas da região Centro aumentou 2%, variação superior à observada no total das empresas (aumento de 1%). Para esta subida contribuiu o crescimento de 5% dos outros passivos. Já a dívida remunerada e os créditos comerciais aumentaram 1% e 2%, respetivamente.

Os gastos de financiamento da região Centro diminuíram, em média, 5% em relação a 2017. Esta diminuição foi menos acentuada do que a registada no total das empresas. O rácio de pressão financeira da região diminuiu 2 pp, para 11%, beneficiando igualmente do aumento do EBITDA.

De acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, em junho de 2019, os empréstimos concedidos pelo setor bancário residente em Portugal às empresas da região Centro representavam 19% dos empréstimos concedidos ao total das empresas. O rácio de empréstimos vencidos da região era de 6,8%, valor 4,8 pp abaixo do observado no final de 2014 e inferior ao registado pelo total das empresas (7,1% no final do primeiro semestre de 2019).

A dívida comercial das empresas da região Centro representava 21% do respetivo passivo em 2018 (16% no total das empresas). No entanto, o financiamento líquido por dívida comercial era negativo num montante equivalente a 4% do volume de negócios das empresas da região (diferencial mais negativo do que o registado no total das empresas).



# Índice

Nota prévia | **3**

Sumário | **5**

## I Análise das empresas da região Centro | **9**

**1** Introdução | **11**

**2** Estrutura e demografia | **14**

**2.1** Estrutura | **14**

**2.2** Demografia | **29**

**3** Análise económica e financeira | **31**

**3.1** Atividade e rendibilidade | **31**

**Caixa 1** • A relevância do mercado externo para a região Centro | **39**

**3.2** Situação financeira | **44**

**Caixa 2** • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente | **49**

## II Anexo | **59**

**1** Síntese metodológica | **61**

Siglas e acrónimos | **64**

Referências | **65**

Estudos da Central de Balanços | **66**

---



---

# I Análise das empresas da região Centro

1 Introdução

2 Estrutura e demografia

3 Análise económica e financeira



# 1 Introdução

O presente estudo apresenta uma avaliação da situação económica e financeira das empresas<sup>1</sup> da **região Centro**, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal<sup>2</sup>. Este é o segundo estudo de uma série de análises regionais que procurará cobrir a totalidade do território nacional, tendo por base a sua desagregação atendendo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS).

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas não financeiras apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal<sup>3</sup>.

Este estudo é especificamente orientado para uma análise regional, na qual estes valores são desagregados pelas regiões que constituem o território de Portugal<sup>4</sup>. Considerou-se, para este efeito, o conjunto das empresas da região Centro, decompostas pelas sub-regiões que a compõem: **Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa, Médio Tejo e Beiras e Serra da Estrela**<sup>5</sup>.

- <sup>1</sup> Por uma questão de simplificação utilizam-se neste estudo as expressões “empresa” e “sociedade” de forma indiferenciada; ambas as expressões são referentes às empresas que integram o setor institucional das sociedades não financeiras (SNF). O setor das SNF constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).
- <sup>2</sup> A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES. São adicionalmente consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e *2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*, bem como o Estudo da Central de Balanços 36 – *Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor*, de fevereiro de 2019.
- <sup>3</sup> As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no *Boletim Estatístico* do Banco de Portugal (Capítulos A e G) e nos Quadros do Setor, ambos disponíveis no *site* do Banco de Portugal. São igualmente disponibilizadas no *BPstat*, sob o domínio “Empresas da central de balanços”.
- <sup>4</sup> A situação das empresas da região Centro, assim como das restantes regiões portuguesas (Norte, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores), foi analisada pela primeira vez no Estudo da Central de Balanços 31 – *Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016*, de abril de 2018.
- <sup>5</sup> Correspondentes ao nível de decomposição do território nacional com base em NUTS III.

A região à qual pertencem as empresas é identificada com referência à localização da respetiva sede, tal como consta no universo de referência das sociedades não financeiras do Banco de Portugal<sup>6</sup>, independentemente da existência de estabelecimentos localizados noutras regiões do país ou mesmo no estrangeiro.

A análise incide essencialmente sobre o período 2014-2018, tendo por base os dados reportados através da Informação Empresarial Simplificada (IES). O primeiro semestre de 2019 é mencionado sempre que existe informação relativa a este período, como acontece no caso da análise relativa ao financiamento por empréstimos bancários e empréstimos vencidos, dados obtidos a partir da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

É também efetuada, para alguns indicadores selecionados, uma desagregação do diferencial registado entre os valores agregados de cada uma das sub-regiões analisadas no âmbito deste estudo (que integram a região Centro) e o relativo ao total das empresas da região Centro, separando-se o efeito que decorre da distinta composição setorial de cada uma das sub-regiões do efeito das características intrínsecas das empresas de cada sub-região. Esta decomposição segue a metodologia apresentada em Banco Central Europeu (2017)<sup>7</sup>.

A análise inicia-se, no Capítulo 2, com uma caracterização das empresas da região Centro, na qual é detalhada a estrutura da região por setores de atividade económica e sub-regiões, e analisada a especialização setorial dos agregados territoriais que a integram. É ainda detalhada a estrutura das empresas da região por classes de dimensão e de maturidade, além de ser apresentada informação sobre a demografia empresarial.

No Capítulo 3, analisa-se a evolução recente da atividade das empresas desta região e determina-se em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades, entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas. Na Caixa 1, “A relevância do mercado externo para a região Centro” analisa-se o peso do setor exportador nas empresas da região, bem como o contributo do mercado externo para a evolução do seu volume de negócios. Na Caixa 2, “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente”, são fornecidos detalhes sobre a dívida remunerada das empresas da região, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelos bancos residentes.

Destaca-se, neste estudo, a exploração dos dados microeconómicos, cuja análise permite detalhar o comportamento da generalidade das empresas da região. Para esse efeito, são referidos ocasionalmente indicadores baseados na distribuição dos valores individuais das empresas, que fornecem medidas isentas das distorções que os valores agregados podem apresentar pela eventual presença de dados extremos. Analisam-se também os contributos dos setores de atividade económica e classes de dimensão para a determinação dos resultados agregados da região.

Nesta publicação é efetuada uma comparação dos resultados obtidos para a região Centro com os do total das empresas em Portugal. Para um maior detalhe sobre o total das empresas, pode

<sup>6</sup> O universo de referência das sociedades não financeiras é uma base de dados que integra, para todas as empresas não financeiras residentes em Portugal, um conjunto de informação estrutural (NIPC, setor de atividade, localização da sede, entre outras) e conjuntural (volume de negócios anual, total do ativo, pessoas ao serviço e capital social). O *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* contém informação detalhada sobre as fontes de informação da Central de Balanços.

<sup>7</sup> O diferencial entre o valor de um rácio numa dada sub-região e o seu valor para o total das empresas da região Centro pode decompor-se entre o efeito da componente intrínseca (efeito intrínseco – associado ao facto de as empresas de uma dada sub-região apresentarem determinadas características que fazem com que se diferenciem da globalidade da região nos níveis dos indicadores analisados) e o efeito da composição estrutural do mesmo (efeito de composição – associado à composição setorial de cada sub-região e à forma como estas estruturas condicionam os valores dos respetivos indicadores agregados). A metodologia utilizada encontra-se detalhada no estudo do Banco Central Europeu *Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups*, de maio de 2017.

ser consultado o Estudo da Central de Balanços 40 – *Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018*, de dezembro de 2019.

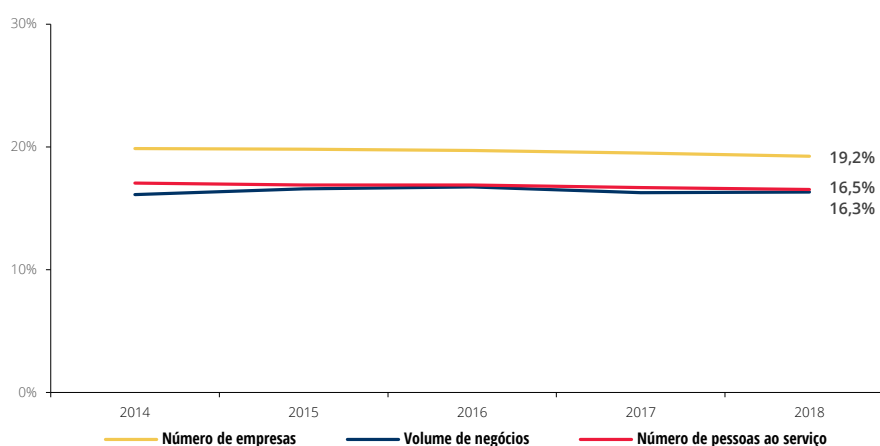
No *site* do Banco de Portugal encontram-se disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas. Na área “Empresas” do *site* do Banco de Portugal, cada empresa pode obter o seu Quadro da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas do mesmo setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto de indicadores. No *site* do Banco de Portugal é ainda possível a qualquer utilizador aceder aos Quadros do Setor, os quais possibilitam a obtenção de informação agregada para o mesmo conjunto de indicadores sobre qualquer setor de atividade e classe de dimensão.

## 2 Estrutura e demografia

### 2.1 Estrutura

Em 2018, estavam sediadas na região Centro 86 mil empresas, o que correspondia a 19% das sociedades não financeiras a operar em Portugal. Estas empresas empregavam 17% das pessoas ao serviço das empresas portuguesas (505 mil pessoas) e agregavam 16% do seu volume de negócios (62 mil milhões de euros) (Gráfico I.2.1).

Gráfico I.2.1 • Peso da região Centro no total das empresas



A relevância da região Centro no total das empresas praticamente não se alterou no período 2014-2018. Ainda assim, o peso desta região no volume de negócios das empresas em Portugal aumentou 1,6 pp entre 2008 e 2018 (0,2 pp entre 2014 e 2018), enquanto o seu peso no número de empresas e de pessoas ao serviço diminuiu 0,6 pp e 0,5 pp, respetivamente, entre 2014 e 2018.

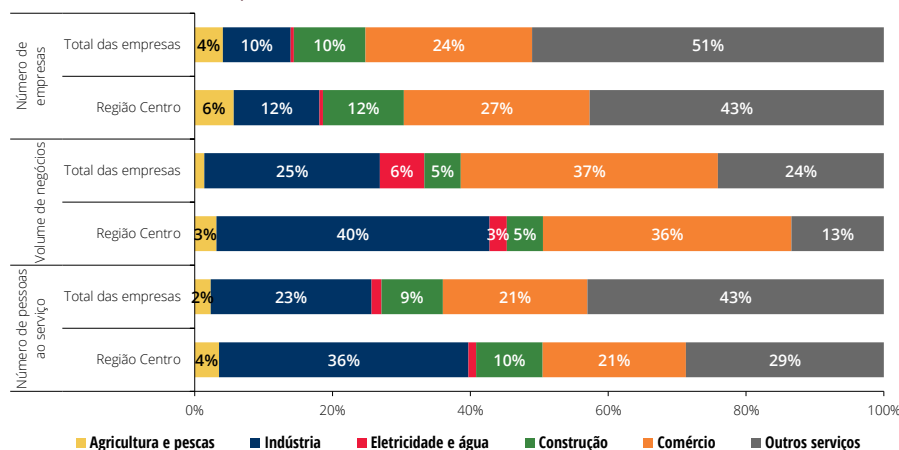
#### 2.1.1 Por setores de atividade económica

##### Composição

A indústria foi responsável por 40% do volume de negócios gerado pelas empresas da região Centro em 2018. Este setor agregava, igualmente, a maior parcela de pessoas ao serviço (36%), embora representasse apenas 12% das empresas da região (Gráfico I.2.2). Somente o comércio apresentou um peso semelhante na estrutura setorial da região Centro, ao agregar 36% do volume de negócios e 27% das empresas. O setor dos outros serviços destacava-se, ao agregar 43% das empresas da região, as quais eram responsáveis por 13% do volume de negócios e 29% das pessoas ao serviço.



Gráfico I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica (2018)<sup>8</sup>



A parcela do volume de negócios gerado pela indústria na região Centro foi, em 2018, 14 pp superior à observada no total das empresas. Em contrapartida, os pesos dos outros serviços e da eletricidade e água na região foram inferiores em 11 pp e 4 pp, respetivamente. O menor peso relativo dos outros serviços face ao total das empresas era, aliás, transversal aos vários indicadores (-8 pp, tendo em conta a estrutura setorial das empresas e -14 pp, atendendo à repartição setorial do número de pessoas ao serviço).

### Peso relativo

Para além da repartição das empresas da região Centro por setores de atividade económica, analisa-se igualmente o peso relativo que estas empresas assumiam no total das empresas de cada setor de atividade.

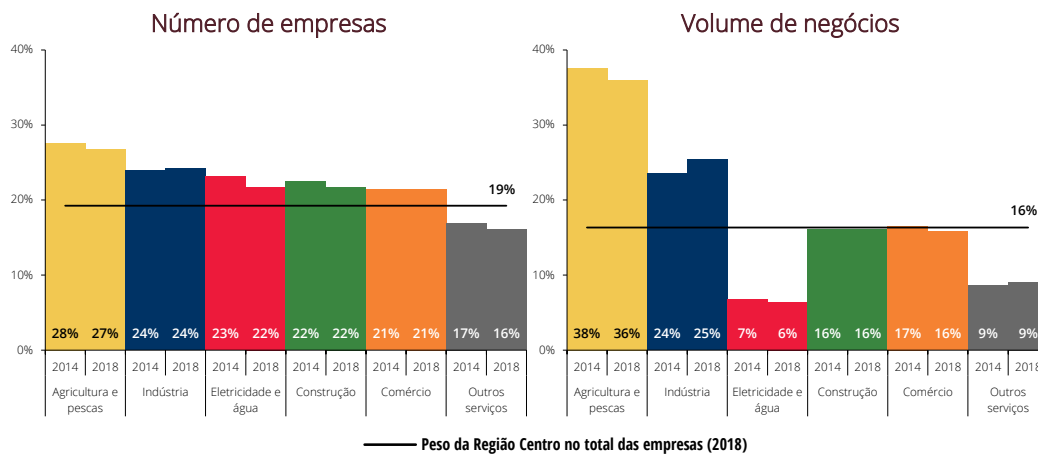
Em 2018, a região Centro destacava-se na agricultura e pescas e na indústria, ao agregar 27% e 24%, respetivamente, das empresas portuguesas com atividade nestes setores (Gráfico I.2.3). Atendendo ao número de empresas, a importância das empresas da região era inferior ao seu peso médio no total das empresas apenas no setor dos outros serviços (-3 pp).

No mesmo ano, a região agregava 36% do volume de negócios gerado pelas empresas da agricultura e pescas e 25% do volume de negócios gerado pela indústria, percentagens superiores ao peso médio da região no total das empresas em 20 pp e 9 pp, respetivamente. Nos restantes setores de atividade, a expressão das empresas sediadas na região Centro, em termos do volume de negócios, era inferior ao peso médio assumido pela região no total das empresas.

Quanto ao número de empresas, o peso desta região destacava-se no setor da eletricidade e água por ser 15 pp superior ao peso assumido neste setor em termos do volume de negócios.

<sup>8</sup> Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

**Gráfico I.2.3 • Peso da região Centro no total das empresas | Por setores de atividade económica**



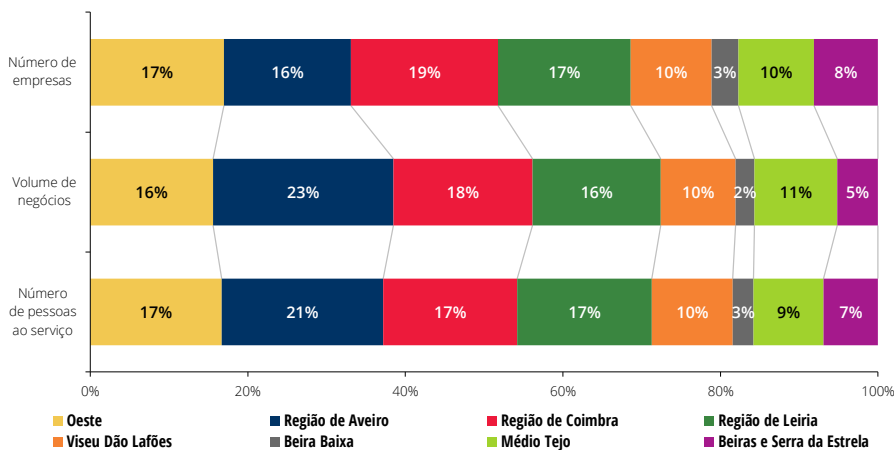
Tendo em conta o número de empresas, a relevância da região Centro nos vários setores de atividade praticamente não se alterou entre 2014 e 2018. Em termos do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço, a situação foi semelhante, registando-se, como alterações mais significativas, as diminuições de 2 pp no peso da região na agricultura e pescas, em ambos os indicadores, e o aumento de 2 pp no peso da região no setor da indústria, tendo em conta o volume de negócios.

### 2.1.2 Por localização geográfica

#### Composição

Quatro das oito sub-regiões que compõem a região Centro (Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra e Região de Leiria) abarcavam a maioria das empresas da região, do respetivo volume de negócios e das pessoas ao serviço. Em 2018, estas sub-regiões agregavam 69% das empresas, 72% do volume de negócios e 71% das pessoas ao serviço (Gráfico I.2.4). A Região de Aveiro era responsável por 23% do volume de negócios, seguindo-se a Região de Coimbra, com 18%, e a Região de Leiria e o Oeste, com 16%, em cada um dos casos. Em contraponto, a sub-região Beira Baixa agregava apenas 3% das empresas da região, 2% do volume de negócios e 3% das pessoas ao serviço.

**Gráfico I.2.4 • Estruturas | Por localização geográfica (NUTS III, 2018)**

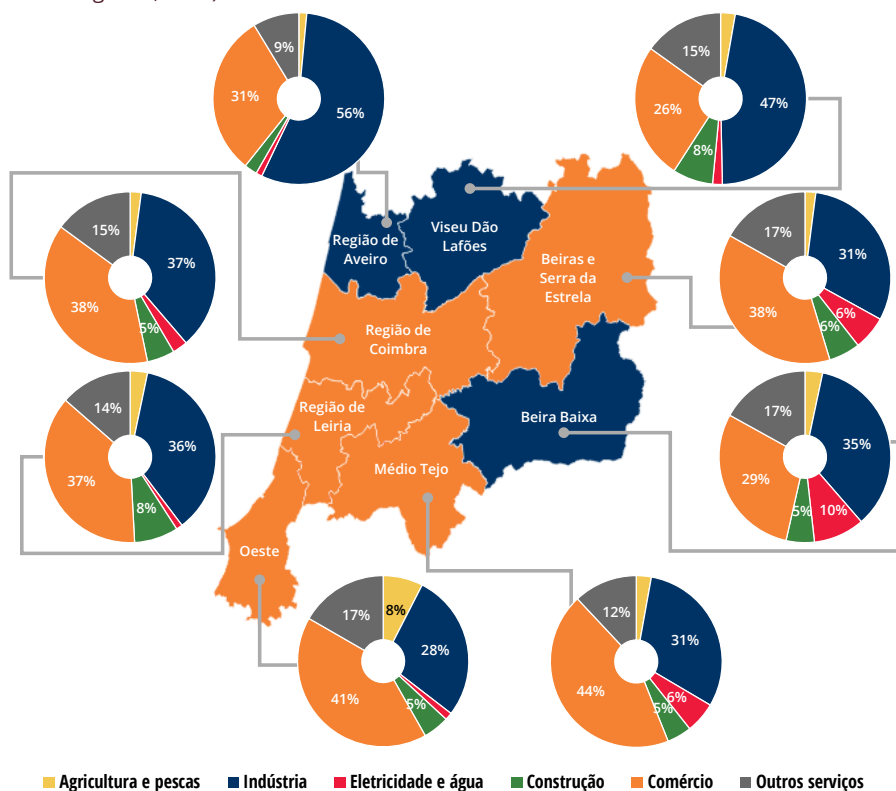


O peso de cada sub-região no total da região Centro pode ainda ser relativizado tendo em conta a densidade empresarial. Por exemplo, se se atender ao número de habitantes em cada agregado territorial, verifica-se que a densidade empresarial *per capita* se situou em torno das 4 empresas por cada 100 habitantes em qualquer das sub-regiões analisadas. Já quando relativizado o volume de negócios e o número de pessoas ao serviço das empresas de cada sub-região, tendo em conta o respetivo número de habitantes, as sub-regiões Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela registavam valores inferiores aos da região Centro (cerca de 70% do valor da região), por oposição aos valores superiores registados nas sub-regiões Região de Aveiro e Região de Leiria (aproximadamente de 1,3 vezes o valor da região Centro para estes indicadores, em 2018).

A estrutura por sub-regiões (com base nas NUTS III) praticamente não se alterou entre 2014 e 2018, ainda que o peso da Região de Aveiro, no volume de negócios das empresas com sede na região Centro, tenha aumentado 2 pp. Este acréscimo foi mais do que compensado pela redução de 3 pp registada pela Beira Baixa.

Em 2018, os outros serviços eram o conjunto de atividades mais relevante em qualquer das sub-regiões, tendo em conta a repartição setorial do número de empresas. Destacava-se o peso assumido por este setor na sub-região Região de Coimbra (49% das empresas). Já quando considerada a repartição setorial do volume de negócios, assumiam maior expressão, de forma transversal, a indústria e o comércio (Gráfico I.2.5). A indústria era mais relevante nas sub-regiões Região de Aveiro (56%), Viseu Dão Lafões (47%) e Beira Baixa (35%), registando um peso inferior a 30% apenas na sub-região Oeste. Já o comércio destacava-se nas sub-regiões Médio Tejo (44% do volume de negócios, em 2018) e Oeste (41%), e só representava menos do que 30% do volume de negócios gerado nas sub-regiões Viseu Dão Lafões e Beira Baixa.

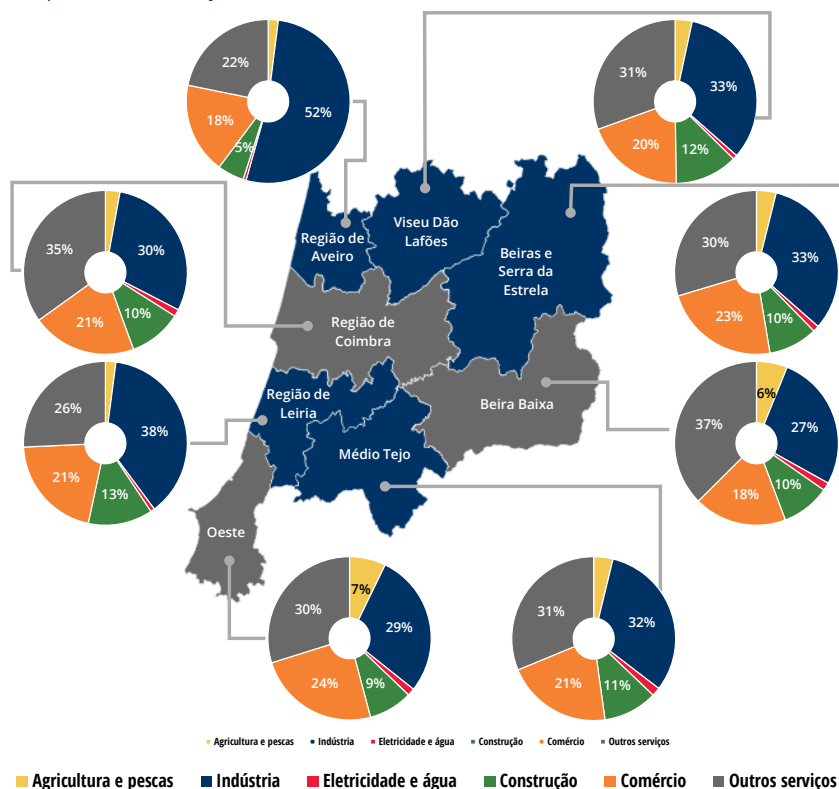
**Gráfico I.2.5 • Estruturas | Por setores de atividade económica e por localização geográfica (NUTS III) (volume de negócios, 2018)**



Nota: Em cada uma das sub-regiões, no mapa, a cor atribuída corresponde ao setor de atividade económica com o maior peso em termos do volume de negócios.

Quando considerada a repartição setorial do número de pessoas ao serviço de cada sub-região, destacavam-se a indústria e os outros serviços (Gráfico I.2.6). A importância relativa destas atividades face às restantes era relativamente análoga nas várias sub-regiões, ainda que, na sub-região Região de Aveiro, 52% das pessoas ao serviço estivessem associadas à indústria. Este setor também assumia particular importância nas sub-regiões Região de Leiria (38%), Viseu Dão Lafões (33%), Beiras e Serra da Estrela (33%) e Médio Tejo (32%). Já os outros serviços eram o setor mais relevante nas sub-regiões Beira Baixa (37%), Região de Coimbra (35%) e Oeste (30%). As atividades administrativas e os serviços de apoio apresentavam maior expressividade na Beira Baixa, ao passo que na Região de Coimbra se destacava o alojamento e restauração e no Oeste as atividades de transportes e armazenagem. O setor da agricultura e pescas destacava-se não só por apresentar, na região Centro, um peso superior ao verificado no total das empresas, mas também por assumir uma importância relativa mais elevada na sub-região Oeste, ao ser responsável por 8% do volume de negócios e 7% das pessoas ao serviço desta sub-região.

**Gráfico I.2.6 • Estruturas | Por setores de atividade económica e por localização geográfica (NUTS III) (número de pessoas ao serviço, 2018)**



Nota: Em cada uma das sub-regiões, no mapa, a cor atribuída corresponde ao setor de atividade económica com o maior peso em termos do número de pessoas ao serviço.

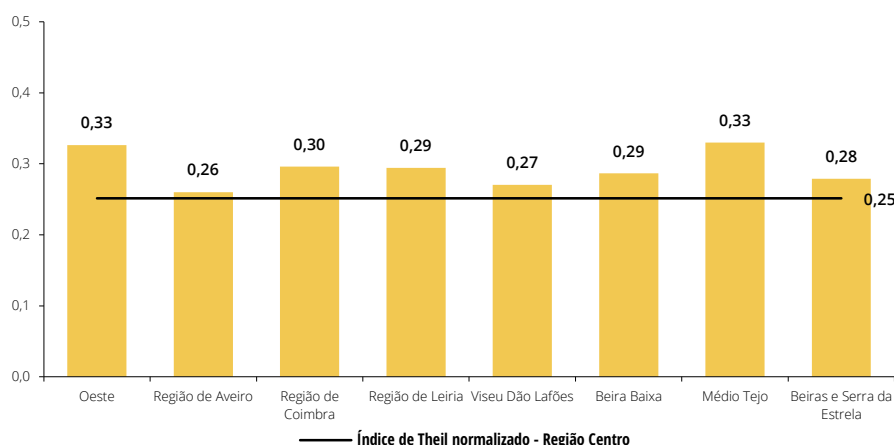
Entre 2014 e 2018, não se registaram alterações significativas na estrutura setorial da maioria das sub-regiões que constituem a região Centro. Não obstante, e atendendo à repartição setorial do volume de negócios, verificou-se na sub-região Beira Baixa uma diminuição de 38 pp no peso do comércio. Esta redução foi parcialmente compensada, de forma mais significativa, pelo aumento do peso da indústria (20 pp).

## Especialização setorial

Na presente secção é analisado o grau de especialização de um determinado agregado territorial por setores de atividade económica. O índice de Theil normalizado quantifica o grau de concentração do volume de negócios gerado num território, em determinadas atividades económicas, variando entre 0 (diversificação máxima) e 1 (especialização máxima). Este indicador depende apenas da estrutura setorial do território em análise, pelo que os valores resultantes não recorrem à utilização de um agregado territorial de referência. Ainda assim, os valores associados a este índice podem, em alguns casos, refletir a elevada concentração do volume de negócios ou do número de pessoas ao serviço (nos casos em que a análise se baseia nesta variável) associado a um conjunto relativamente reduzido de empresas do agregado territorial em causa.

O índice de especialização setorial da região como um todo foi, em 2018, inferior aos valores registados por cada uma das sub-regiões que a integram. Este resultado indica uma maior diversificação das atividades desenvolvidas na região Centro, no seu todo, em comparação com o que acontece nas sub-regiões que a compõem, as quais apresentam, individualmente, níveis superiores de especialização setorial. Não obstante, os valores observados nas várias sub-regiões e na própria região Centro como um todo não foram, em 2018, particularmente distintos entre si: o índice de Theil normalizado variou, nesse ano, entre 0,25, na totalidade da região, e 0,33, nas sub-regiões Oeste e Médio Tejo (Gráfico I.2.7).

**Gráfico I.2.7 • Grau de especialização setorial por localização geográfica (NUTS III) | Índice de Theil normalizado (volume de negócios, 2018)**



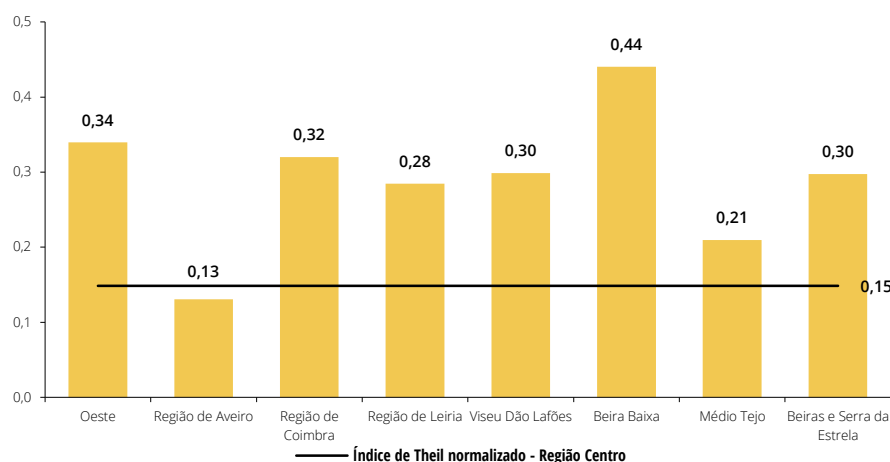
Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na Síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

Em 2018, os índices de especialização setorial eram mais elevados nas sub-regiões Oeste e Médio Tejo, destacando-se o contributo do comércio por grosso (exceto de veículos automóveis e motocicletas) para os respetivos graus de especialização. Esta atividade foi responsável por 25% do volume de negócios da primeira sub-região e 33% do volume de negócios da segunda, e era, aliás, a atividade que mais contribuía para o índice de especialização regional em seis das oito sub-regiões que integram a região Centro. As sub-regiões Viseu Dão Lafões e Beira Baixa constituíram as exceções a esta regra, destacando-se, no primeiro caso, a fabricação de veículos automóveis (atividade associada a 13% do volume de negócios desta sub-região) e, no segundo caso, a fabricação de pasta e de papel (atividade responsável por 17% do volume de negócios desta sub-região).

Ao analisar em particular a importância das atividades industriais na região Centro, em termos do volume de negócios e das pessoas ao serviço, destacavam-se as indústrias alimentares (que agregavam 17% do volume de negócios gerado pelo setor da indústria na região), a fabricação de produtos metálicos e as atividades ligadas à fabricação de pasta e de papel (as quais eram responsáveis, respetivamente, por 12% e 10% do volume de negócios gerado pelo setor na região).

A sub-região Beira Baixa registou o nível de especialização industrial mais elevado (Gráfico I.2.8). Tal facto devia-se, em particular, ao peso da fabricação de pasta e de papel, responsável por 47% do volume de negócios da indústria na sub-região (situação associada ao peso assumido por um conjunto reduzido de empresas nesta sub-região, consequência igualmente da sua baixa densidade empresarial).

**Gráfico I.2.8 • Grau de especialização setorial nas atividades industriais, por localização geográfica (NUTS III) | Índice de Theil normalizado (volume de negócios, 2018)**



Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na Síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

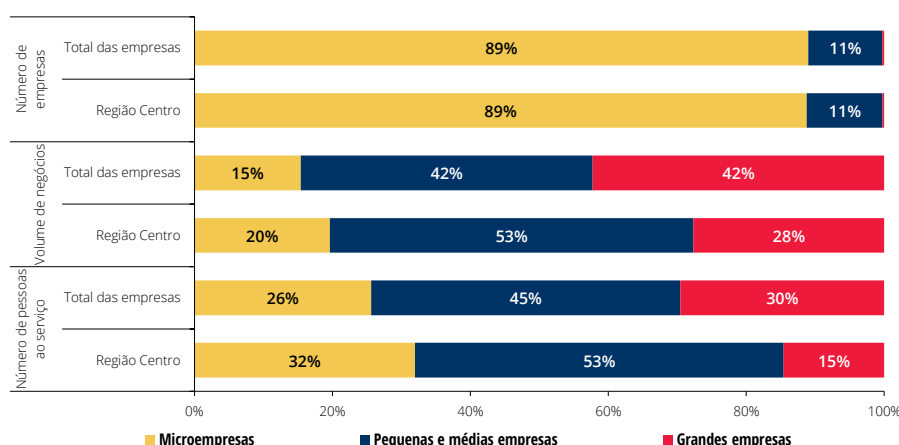
A sub-região Região de Aveiro apresentou o menor nível de especialização industrial, sendo inclusivamente o único território a registar um índice de especialização industrial inferior ao observado pela região Centro como um todo. Destacavam-se, nesta sub-região, as atividades de fabricação de produtos metálicos, de produtos químicos e de fibras sintéticas, e de outros produtos minerais não metálicos, as quais eram responsáveis por 13%, 12% e 9%, respetivamente, do volume de negócios gerado pela indústria nesta sub-região. As restantes sub-regiões apresentaram níveis intermédios de especialização, destacando-se: na Região de Coimbra, a fabricação de pasta e papel e as indústrias alimentares (37% e 20%, respetivamente, do volume de negócios das atividades industriais na sub-região); em Viseu Dão Lafões, a fabricação de veículos automóveis, a indústria da madeira e da cortiça e as indústrias alimentares (29%, 17% e 15% do volume de negócios da indústria na sub-região); nas Beiras e Serra da Estrela, as indústrias alimentares e a fabricação de equipamento elétrico (com cada uma das atividades responsável por 24% do volume de negócios gerado pela indústria neste território); na Região de Leiria, a fabricação de produtos metálicos e de outros produtos minerais não metálicos (22% e 21%, respetivamente, do volume de negócios da indústria nesta sub-região); e, no Médio Tejo, as indústrias alimentares e a fabricação de veículos automóveis (17% e 15%, respetivamente, do volume de negócios da sub-região gerado por atividades industriais).

Quando considerado o número de pessoas ao serviço, o grau de especialização da região Centro era menor que o medido atendendo ao volume de negócios. Por localização geográfica, o maior índice de especialização do emprego estava associado à Região de Leiria: o fabrico de produtos metálicos e o comércio (por grosso e a retalho) agregavam, em conjunto, 27% das pessoas ao serviço das empresas aí sediadas.

### 2.1.3 Por classes de dimensão<sup>9</sup>

Em 2018, 89% das empresas sediadas na região Centro eram microempresas, percentagem análoga à registada no total das empresas (Gráfico I.2.9). As pequenas e médias empresas, apesar de representarem apenas 11% das empresas da região, eram responsáveis por 53% do volume de negócios e das pessoas ao serviço das empresas da região (42% e 45%, respetivamente, no total das empresas). Já as grandes empresas, apesar de representarem apenas 0,2% das empresas sediadas na região Centro, eram responsáveis por 28% do volume de negócios e 15% das pessoas ao serviço na região. Ainda assim, estes valores eram inferiores aos apresentados pelas grandes empresas no total das empresas: 42% do volume de negócios e 30% das pessoas ao serviço.

**Gráfico I.2.9 • Estruturas | Por classes de dimensão (2018)**



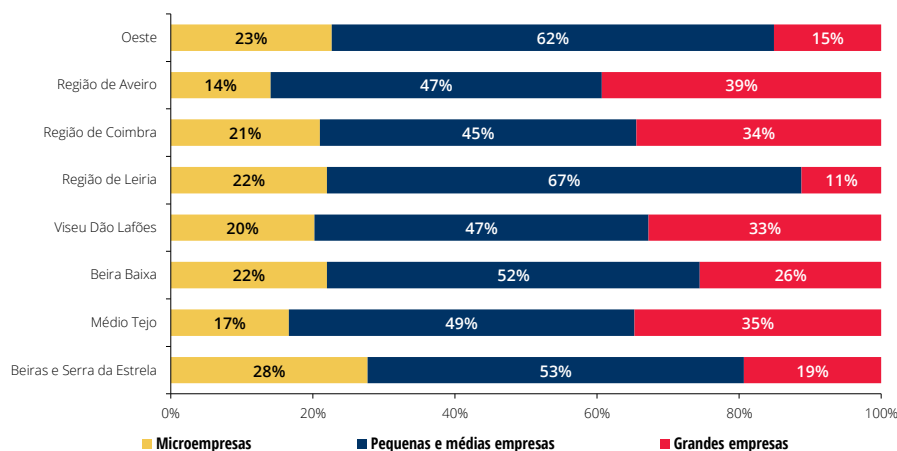
Entre 2014 e 2018, a estrutura empresarial da região, por classes de dimensão, não registou alterações significativas, pese embora o menor peso das microempresas: 1 pp atendendo ao número de empresas e ao volume de negócios, e 3 pp, em termos do número de pessoas ao serviço, variação parcialmente compensada pelo aumento de 2 pp do peso das grandes empresas.

As microempresas predominavam em todas as sub-regiões que integram a região Centro: representavam 87%, ou mais, das empresas de cada uma das sub-regiões, em 2018, chegando mesmo a agregar 92% das empresas na Beira Baixa.

Ao analisar a repartição do volume de negócios por classes de dimensão em cada uma das sub-regiões, destacava-se o peso das pequenas e médias empresas, em linha com o observado no total das empresas da região Centro. Esta classe de dimensão foi responsável pelas maiores parcelas do volume de negócios das empresas com sede em qualquer das sub-regiões, salientando-se os pesos assumidos, em 2018, na Região de Leiria (67%) e no Oeste (62%) (Gráfico I.2.10).

<sup>9</sup> A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste estudo reflete os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas e encontra-se detalhada em Anexo.

**Gráfico I.2.10 • Estruturas | Por classes de dimensão e por localização geográfica (NUTS III) (volume de negócios, 2018)**

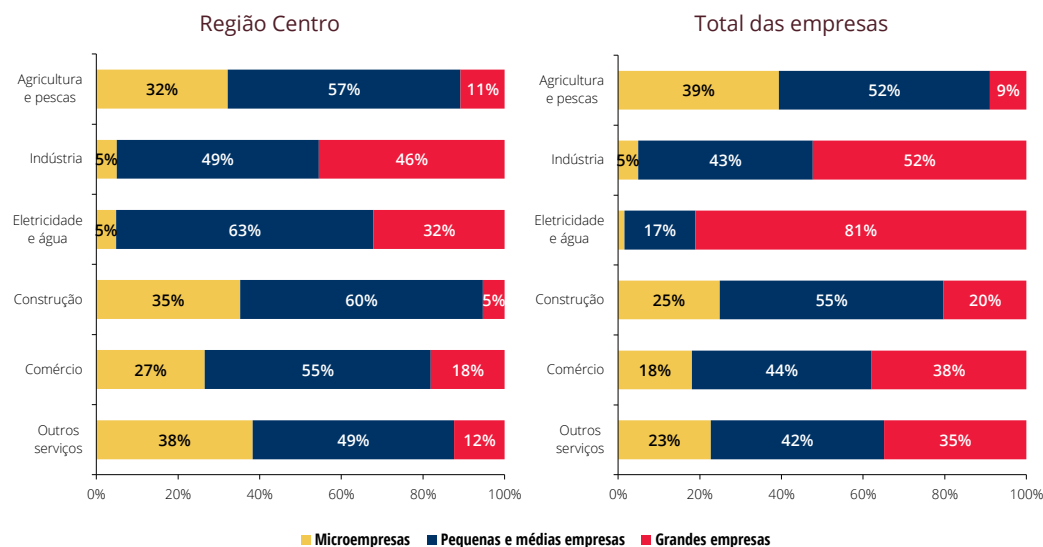


Entre 2014 e 2018, as principais diferenças estruturais da região Centro, por classes de dimensão, registaram-se ao nível do volume de negócios, em particular na Beira Baixa e nas sub-regiões Região de Aveiro e Região de Coimbra. Na Beira Baixa, o peso das grandes empresas no volume de negócios gerado pelas empresas desta sub-região diminuiu 38 pp, devido à deslocalização da atividade empresarial para outras regiões do país. Em oposição, os pesos das pequenas e médias empresas e das microempresas aumentaram 27 pp e 10 pp, respetivamente. Na sub-região Região de Aveiro, o peso das grandes empresas no volume de negócios aumentou 8 pp, em detrimento, essencialmente, das pequenas e médias empresas (diminuição de 5 pp). Na sub-região Região de Coimbra, verificou-se uma situação semelhante: a parcela do volume de negócios associada às grandes empresas aumentou 5 pp, à custa, essencialmente, do peso das pequenas e médias empresas, que registou uma redução de 4 pp.

Por setores de atividade económica, as microempresas eram igualmente, e de forma transversal, a classe de dimensão mais relevante, ainda que apresentassem pesos inferiores na indústria e na eletricidade e água (71% e 68% das empresas da região Centro associadas a cada uma destas atividades, respetivamente). As pequenas e médias empresas, por seu lado, eram responsáveis, em todos os setores, pelas maiores parcelas do volume de negócios (Gráfico I.2.11). O peso destas empresas no volume de negócios setorial oscilou entre os 49%, na indústria e nos outros serviços, e os 63%, na eletricidade e água. Note-se, no entanto, o maior peso das microempresas nos outros serviços, na construção e na agricultura e pescas, responsáveis, respetivamente, por 38%, 35% e 32% do volume de negócios destes setores na região Centro. Na indústria e na eletricidade e água, as grandes empresas eram responsáveis por uma parte significativa dos respetivos volumes de negócios: 46% e 32%, respetivamente.



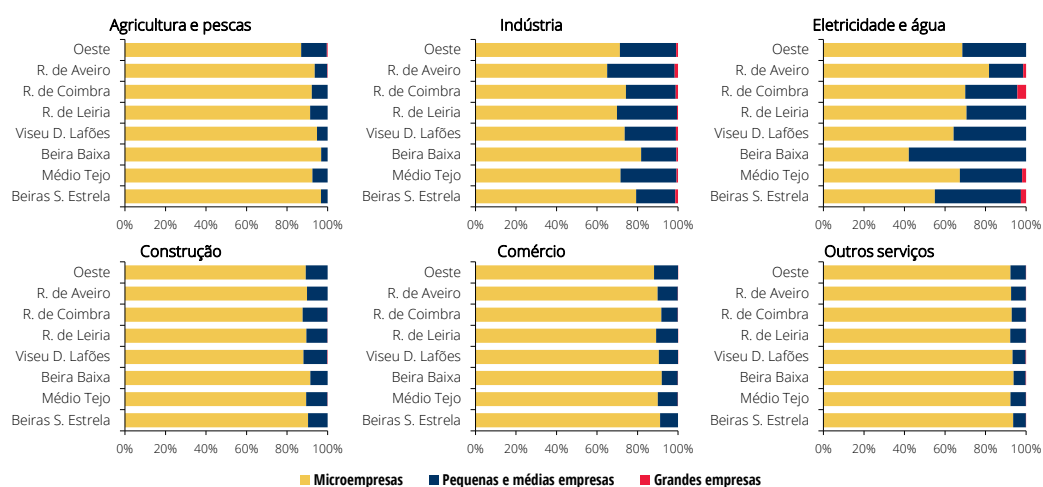
**Gráfico I.2.11 • Estruturas | Por classes de dimensão e por setores de atividade económica (volume de negócios, 2018)**



No período 2014-2018, destacou-se o decréscimo da parcela do volume de negócios associada às grandes empresas na construção, de 11 pp, compensado sobretudo pelo aumento do peso das pequenas e médias empresas (7 pp). Por oposição, as grandes empresas tornavam-se mais expressivas quando considerada a repartição do volume de negócios da eletricidade e água (9 pp), o que compensava a menor importância das pequenas e médias empresas.

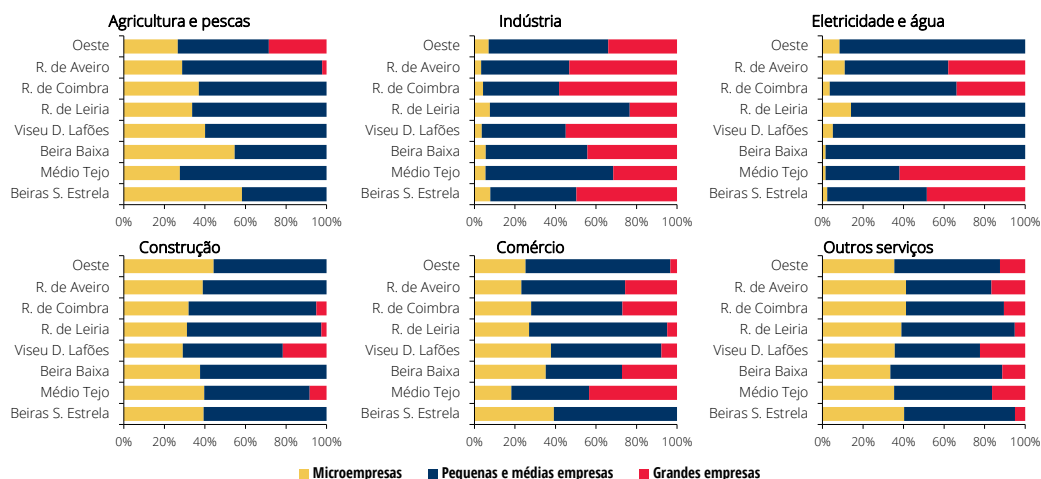
Ao comparar as estruturas por classes de dimensão registadas, em 2018, em cada um dos setores de atividade económica e em cada sub-região, estas não apresentavam diferenças assinaláveis. É de destacar, ainda assim, no setor da eletricidade e água, o maior peso das microempresas na sub-região Região de Aveiro e das pequenas e médias empresas nas sub-regiões Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela (Gráfico I.2.12).

**Gráfico I.2.12 • Estruturas | Por classes de dimensão, atendendo à sub-região e ao setor de atividade económica (número de empresas, 2018)**



Já a repartição do volume de negócios por classes de dimensão em cada sub-região e setor de atividade económica apresentava situações distintas (Gráfico I.2.13). Na agricultura e pescas, as pequenas e médias empresas eram a classe de dimensão mais relevante na generalidade das sub-regiões, com as microempresas a assumirem maior peso na Beira Baixa e nas Beiras e Serra da Estrela. Neste setor, o peso das grandes empresas só não era negligenciável na sub-região Oeste: 28% do volume de negócios do setor nesta sub-região estava associado a esta classe de dimensão. Na indústria, as pequenas e médias empresas assumiam maior destaque nas sub-regiões Região de Leiria, Médio Tejo, Oeste e Beira Baixa, enquanto as grandes empresas agregavam as maiores parcelas do volume de negócios do setor nas demais sub-regiões. Na eletricidade e água, a sub-região Médio Tejo destacava-se por 62% do volume de negócios do setor estar associado a grandes empresas quando, nas restantes sub-regiões, a maior parte do volume de negócios deste setor estava associado a pequenas e médias empresas. Por último, nos restantes setores (construção, comércio e outros serviços), as pequenas e médias empresas eram responsáveis pelas maiores parcelas do volume de negócios em todas as sub-regiões (excetuando o maior peso das grandes empresas do comércio, no Médio Tejo).

**Gráfico I.2.13 • Estruturas | Por classes de dimensão, atendendo à sub-região e ao setor de atividade económica (volume de negócios, 2018)**

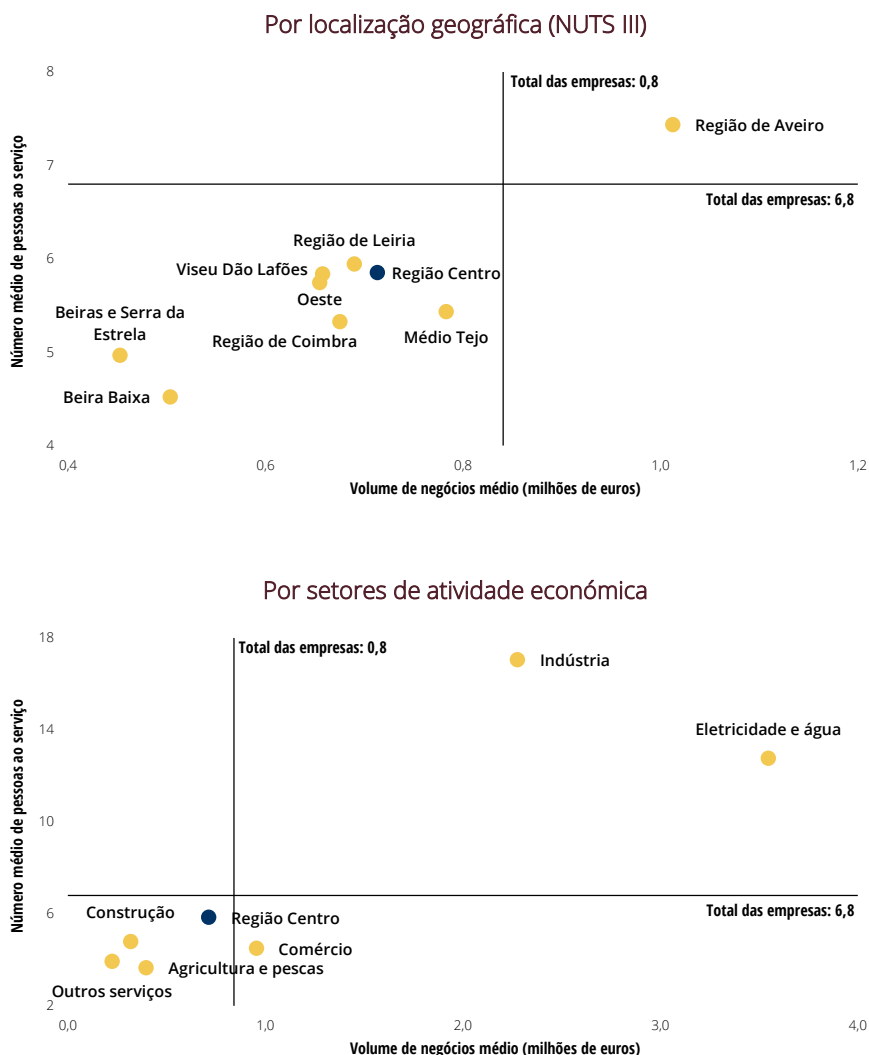


### 2.1.4 Empresa média<sup>10</sup>

A empresa média da região Centro gerou, em 2018, um volume de negócios de 713 mil euros (Gráfico I.2.14), o que correspondia a 85% do volume de negócios da empresa média nacional. Quanto ao número de pessoas ao serviço, a empresa média da região Centro empregava 6 pessoas (0,9 vezes o número médio de pessoas ao serviço no total das empresas).

<sup>10</sup> A empresa média da região Centro corresponde ao valor total do volume de negócios ou do número de pessoas ao serviço da região dividido pelo número de empresas aí sediadas. A mesma metodologia é utilizada para determinar os valores associados às empresas médias de cada uma das sub-regiões, do total do território nacional (total das empresas) e das atividades económicas (no caso, com base apenas nas empresas da região Centro associadas a cada atividade).

Gráfico I.2.14 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço das empresas da região Centro (2018)



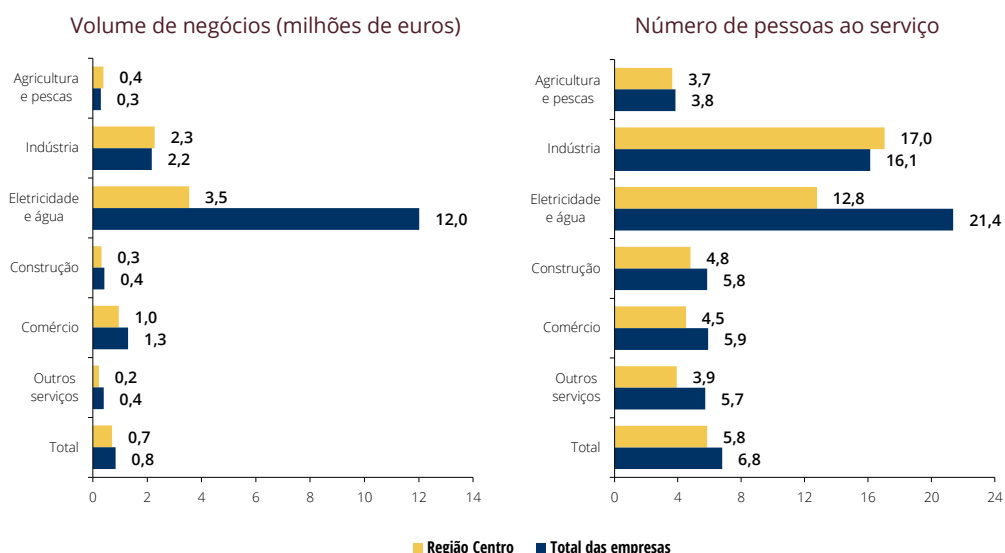
A empresa média da sub-região Região de Aveiro gerou, em 2018, um volume de negócios 20% superior ao da empresa média nacional. Quanto ao número de pessoas ao serviço, esta sub-região empregava mais 9% de pessoas do que a empresa média nacional. No extremo oposto, as sub-regiões Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa registavam volumes de negócios médios de 54% e 60%, respetivamente, face ao registado pela empresa média nacional, enquanto o número médio de pessoas ao serviço correspondia a 73% e 66% do observado na empresa média nacional, respetivamente.

Em 2018, o setor da eletricidade e água apresentou o volume de negócios médio mais elevado na região Centro: 4,2 vezes superior ao da empresa média nacional. Este setor e a indústria registavam, igualmente, os números médios de pessoas ao serviço mais elevados na região: 1,9 e 2,5 vezes o número médio de pessoas ao serviço do total das empresas, respetivamente.

Contudo, ao comparar o volume de negócios médio gerado pelas empresas de cada um dos setores na região Centro e no total das empresas, verificava-se que a empresa média da região Centro no setor da eletricidade e água gerava um volume de negócios que correspondia a 30% do volume de negócios da empresa média nacional deste setor. Em contraponto, nos setores da

agricultura e pescas e da indústria, as empresas médias da região Centro apresentavam volumes de negócios superiores aos observados pelas correspondentes empresas médias nacionais (Gráfico I.2.15). Já quanto ao número de pessoas ao serviço, destacava-se, uma vez mais, o setor da eletricidade e água, com o número médio de pessoas ao serviço deste setor a representar apenas 60% do valor médio registado em termos nacionais na mesma atividade.

**Gráfico I.2.15 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço das empresas da região Centro, por setores de atividade económica (2018)**



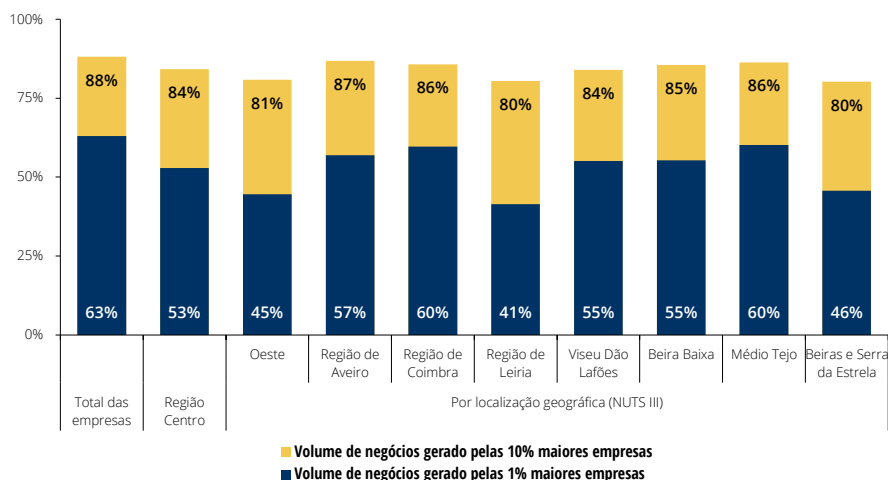
As empresas da região Centro geraram, em 2018, 122 mil euros de volume de negócios por pessoa ao serviço, valor abaixo dos 124 mil euros registados quando considerado o total das empresas. Apenas nas sub-regiões Médio Tejo, Região de Aveiro e Região de Coimbra o volume de negócios gerado por cada pessoa ao serviço foi superior ao registado, em média, no total das empresas: 144 mil euros, 136 mil euros e 127 mil euros de volume de negócios por pessoa ao serviço, respetivamente.

### 2.1.5 Concentração

Em 2018, a região Centro registava um nível de concentração empresarial inferior ao observado no total das empresas a operar em Portugal. As 1% maiores empresas da região, tendo em conta os respetivos volumes de negócios, foram responsáveis por 53% do volume de negócios da região (63% no total das empresas) (Gráfico I.2.16). Quando consideradas as 10% maiores empresas, o seu peso no volume de negócios na região (84%) foi também inferior ao observado no total das empresas (88%).

Todas as sub-regiões apresentaram níveis de concentração inferiores aos registados no total das empresas. Ainda assim, apenas as sub-regiões Oeste, Região de Leiria e Beiras e Serra da Estrela registavam concentrações do volume de negócios inferiores à do total da região Centro, independentemente de ser considerado o volume de negócios associado às 1% ou às 10% maiores empresas de cada território.

**Gráfico I.2.16 • Volume de negócios gerado pelas 10% e 1% maiores empresas**  
| Em percentagem do volume de negócios total (2018)



Já o nível de concentração avaliado atendendo ao número de pessoas ao serviço era inferior. Em 2018, 31% das pessoas ao serviço da região Centro estavam associadas às 1% maiores empresas (43% no total das empresas). Neste caso, metade das sub-regiões (Região de Aveiro, Região de Coimbra, Viseu Dão Lafões e Beira Baixa) apresentava um grau de concentração das pessoas ao serviço superior ao do total da região Centro.

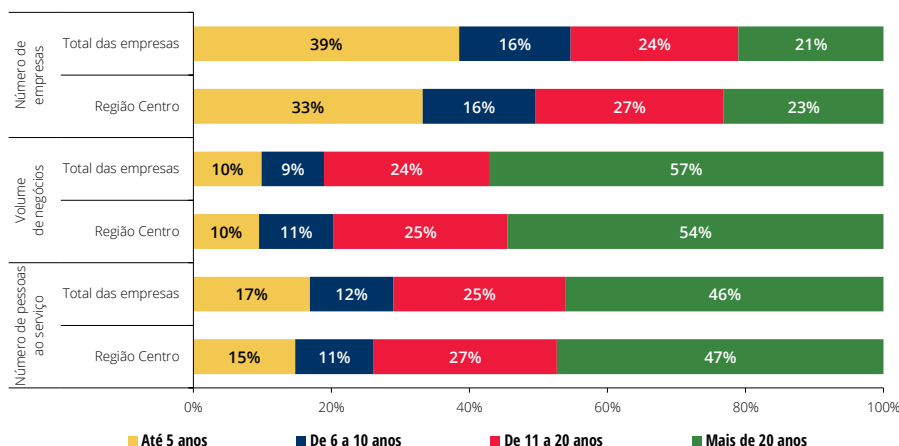
### 2.1.6 Por classes de maturidade

A estrutura empresarial da região Centro atendendo às classes de maturidade<sup>11</sup> era similar à verificada no total das empresas, ainda que o peso das empresas em atividade há menos anos fosse menor (Gráfico I.2.17).

Em 2018, 50% das empresas em atividade na região Centro tinham até 10 anos de atividade, percentagem inferior em 5 pp à registada no total das empresas. Já quando avaliada a repartição do volume de negócios gerado pelas empresas da região e o respetivo número de pessoas ao serviço, os diferenciais entre os pesos assumidos por cada uma das classes (entre o peso assumido no total das empresas e o observado na região) não ultrapassavam os 3 pp. Em ambos os casos, verificava-se um maior peso relativo das empresas com maturidades entre os 11 e os 20 anos na região Centro. Estas representavam, em 2018, 25% do volume de negócios e 27% do número de pessoas ao serviço, parcelas que comparavam com 24% e 25% no total das empresas, respetivamente. Ainda assim, as maiores percentagens do volume de negócios e das pessoas ao serviço da região estavam associadas a empresas em atividade há mais de 20 anos (54% e 47%, respetivamente).

<sup>11</sup> A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até cinco anos, de seis a dez anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (21 anos ou mais).

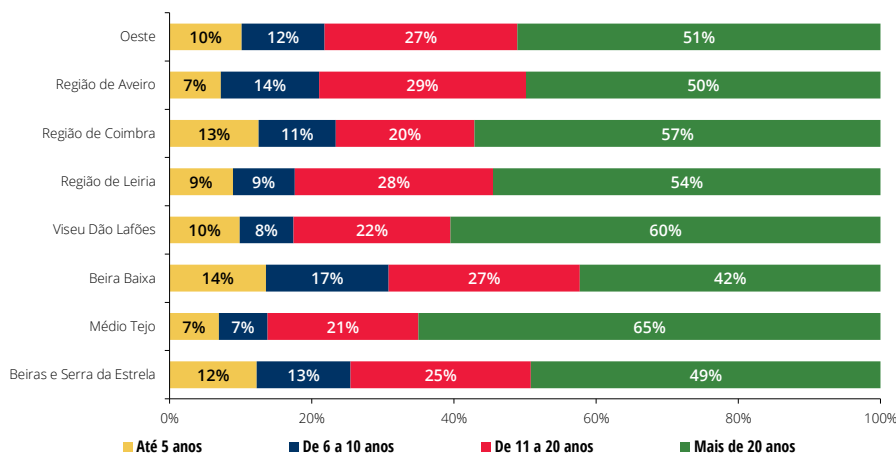
**Gráfico I.2.17 • Estruturas | Por classes de maturidade (2018)**



No período 2014-2018, o peso das empresas em atividade há mais de 20 anos na região Centro aumentou 3 pp, quanto ao número de empresas, 6 pp atendendo ao número de pessoas ao serviço e 4 pp quando considerada a repartição do volume de negócios.

Apesar de, em número de empresas, a repartição por classes de maturidade das várias sub-regiões que integram a região Centro não revelar grandes disparidades, o peso do volume de negócios gerado pelas empresas mais antigas (com mais de 10 anos de atividade) era mais elevado nas sub-regiões Médio Tejo (86%), Viseu Dão Lafões (83%) e Região de Leiria (82%) (Gráfico I.2.18). Na Beira Baixa e nas Beiras e Serra da Estrela, as empresas em atividade há 10 ou menos anos assumiam maior destaque: 31% e 25% do volume de negócios de cada uma das sub-regiões, respetivamente.

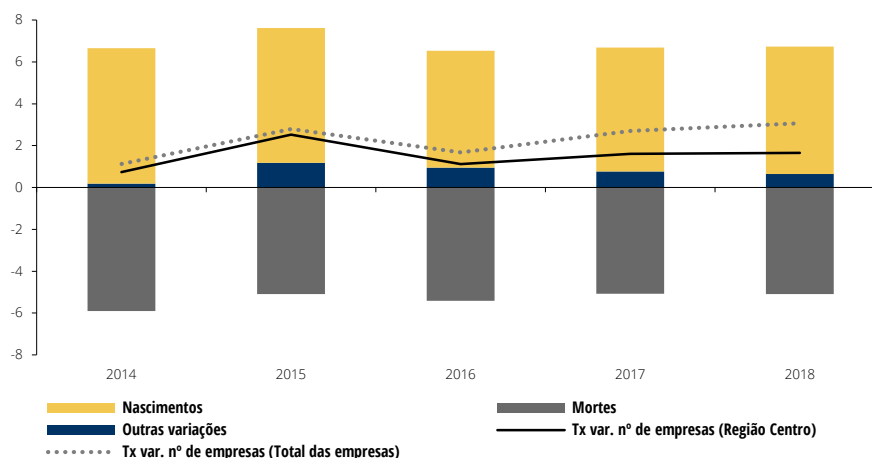
**Gráfico I.2.18 • Estruturas | Por classes de maturidade e por localização geográfica (NUTS III) (volume de negócios, 2018)**



## 2.2 Demografia

O número de empresas em atividade na região Centro aumentou 1,7% entre 2017 e 2018, crescimento inferior ao observado para o total das empresas (3,1%), algo que se tem verificado desde 2014, inclusive (Gráfico I.2.19).

**Gráfico I.2.19 • Número de empresas da região Centro | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem)**

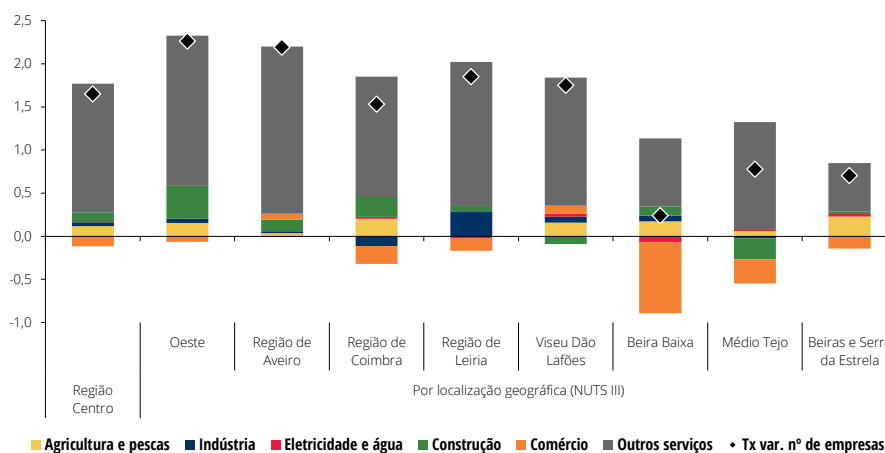


Os nascimentos de empresas contribuíram em 6,1 pp para a taxa de variação do número de empresas em atividade na região Centro (8,1 pp no total das empresas). O impacto das cessações de empresas foi menor na região (5,1 pp) face ao observado no total das empresas (5,9 pp). A dinâmica de criação e cessação de empresas na região não oscilou significativamente entre 2014 e 2018.

Em 2018, o número de empresas em atividade aumentou em todas as sub-regiões da região Centro. As sub-regiões Oeste (2,3%), Região de Aveiro (2,2%), Região de Leiria (1,9%) e Viseu Dão Lafões (1,7%) registaram aumentos do número de empresas em atividade superiores aos apresentados pela região Centro como um todo. Essa evolução deveu-se, em termos gerais, ao maior contributo da criação de empresas, exceto no caso da Região de Leiria, onde o contributo das cessações de empresas para a variação do número de empresas foi de apenas -4,5 pp.

Entre 2017 e 2018, o crescimento do número de empresas em atividade na região Centro, teve origem, na sua maior parte, no setor dos serviços (excluindo o comércio), o qual contribuiu em 1,5 pp para o crescimento de 1,7% registado na região (Gráfico I.2.20). O contributo preponderante dos outros serviços para a evolução do número de empresas observava-se em todas as sub-regiões, com destaque para as sub-regiões Região de Aveiro (contributo de 1,9 pp para um crescimento de 2,2%), Oeste e Região de Leiria (contributos de 1,7 pp para crescimentos de 2,3% e 1,9%). Em termos relativos, contudo, este contributo foi ainda mais relevante para as evoluções do número de empresas em atividade nas sub-regiões Região de Coimbra, Médio Tejo e Beira Baixa. Em 2018, o contributo dos outros serviços para a variação do número de empresas em atividade na Região de Coimbra foi de 1,4 pp; no Médio Tejo e na Beira Baixa, os contributos de 1,3 pp e 0,8 pp, respetivamente, foram compensados por contributos negativos provenientes sobretudo do comércio.

**Gráfico I.2.20 • Número de empresas | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem), por setores de atividade económica (2018)**



O comércio foi o único setor a contribuir negativamente para a evolução do número de empresas em atividade na região Centro em 2018, devido ao decréscimo de 0,4% do respetivo número de empresas (contributo de -0,1 pp para a variação do número de empresas da região como um todo).

Neste setor, a redução do número de empresas em atividade foi mais expressiva na sub-região Beira Baixa (3,4%), ainda que esta situação tenha sido transversal às várias sub-regiões que integram a região Centro (com as exceções das sub-regiões Região de Aveiro e Viseu Dão Lafões). É de destacar, igualmente, a diminuição do número de empresas em atividade registada no setor da construção no Médio Tejo: redução de 1,9%, correspondente a um contributo de -0,2 pp para a evolução do número de empresas em atividade nesta sub-região. Também em Viseu Dão Lafões o contributo da construção para a variação do respetivo número de empresas em atividade foi negativo, ainda que em menor escala.

Em 2018, a agricultura e pescas, a indústria, a eletricidade e água e a construção apresentaram contributos positivos residuais para a evolução do número de empresas em atividade na região Centro. A agricultura e pescas, no entanto, foi o único setor, para além dos outros serviços, a contribuir para o aumento do número de empresas em atividade em todas as sub-regiões que compõem a região Centro. A Região de Leiria foi a exceção, com esta atividade a apresentar um contributo nulo para a evolução do respetivo número de empresas em atividade.



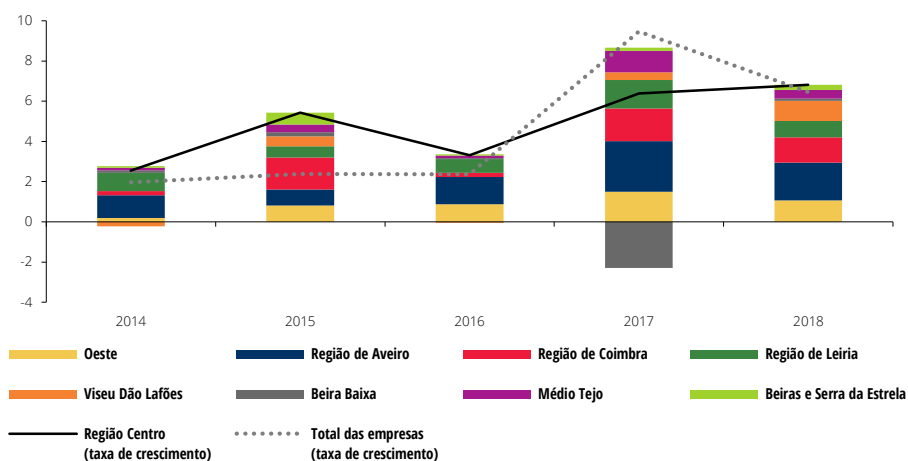
# 3 Análise económica e financeira

## 3.1 Atividade e rendibilidade

### 3.1.1 Volume de negócios

O volume de negócios da região Centro aumentou 7% em 2018 (Gráfico I.3.1). Esta subida foi marginalmente superior à registada no total das empresas (6%) e ao aumento verificado na região em 2017, destacando-se como a mais elevada no período 2014-2018.

**Gráfico I.3.1 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**



Em 2018, a evolução positiva do volume de negócios na região Centro foi transversal às sub-regiões que a integram, com destaque para as sub-regiões Viseu Dão Lafões, Região de Aveiro, Região de Coimbra e Oeste. Nestas sub-regiões, o volume de negócios aumentou 11%, no primeiro caso, 8% no segundo e 7% nos restantes. A sub-região Região de Aveiro foi a que mais contribuiu para o crescimento do volume de negócios da região Centro (2 pp em 2018), situação que apenas não se verificou em 2015, considerando o período em análise.

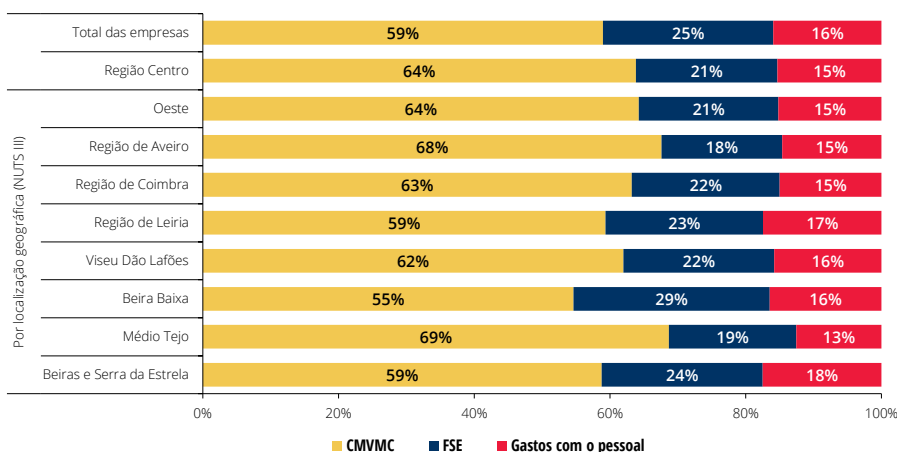
De igual modo, todos os setores de atividade económica da região Centro registaram evoluções positivas dos respetivos volumes de negócios em 2018. A construção e os outros serviços apresentaram as taxas de crescimento mais elevadas (10%), apesar de a indústria ter sido o setor que mais contribuiu para o crescimento do volume de negócios da região (3 pp), com um incremento de 8% no respetivo volume de negócios.

Por classes de dimensão, as grandes empresas contribuíram em 4 pp para a variação do volume de negócios da região (crescimento de 17%). Seguiram-se as pequenas e médias empresas e as microempresas, com crescimentos de 4% e 3%, respetivamente, o que corresponde a contributos de 2 pp e 1 pp, pela mesma ordem, para o crescimento do volume de negócios da região.

### 3.1.2 Gastos da atividade operacional<sup>12</sup>

Em 2018, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) representava 64% dos gastos da atividade operacional das empresas da região Centro, percentagem superior à observada no total das empresas (Gráfico I.3.2). Em contrapartida, os fornecimentos e serviços externos (FSE) apresentavam um peso 4 pp inferior ao registado no total das empresas (21% e 25%, respetivamente), enquanto os gastos com o pessoal registavam pesos similares. Entre 2014 e 2018, a estrutura dos gastos da atividade operacional da região Centro praticamente não se alterou.

Gráfico I.3.2 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2018)



A estrutura dos gastos da atividade operacional da maioria das sub-regiões não diferia significativamente da observada no total da região Centro, em 2018. Não obstante, na Beira Baixa, nas Beiras e Serra da Estrela e na Região de Leiria, o peso do CMVMC nos respetivos gastos da atividade operacional foi inferior, por contrapartida das restantes rubricas. No Médio Tejo e na Região de Aveiro o CMVMC assumia maior relevância em detrimento dos FSE, em ambos os casos, e dos gastos com o pessoal, no primeiro caso; esta rubrica representava apenas 13% dos gastos da atividade operacional do Médio Tejo. À semelhança do verificado na região, a composição dos gastos da atividade operacional não registou alterações significativas na maioria das sub-regiões. Não obstante, é de destacar a sub-região Beira Baixa, na medida em que o peso do CMVMC na respetiva estrutura de gastos da atividade operacional diminuiu 18 pp entre 2014 e 2018, movimento compensado equitativamente pelas restantes componentes.

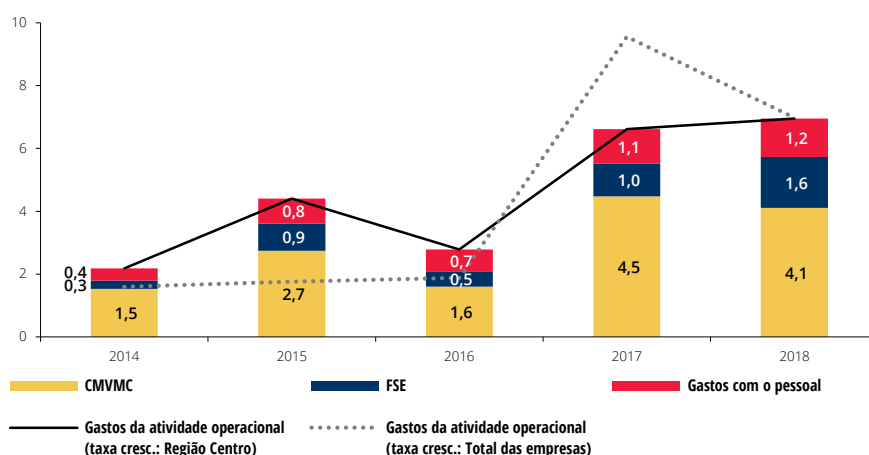
Por setores de atividade económica, a indústria apresentava uma estrutura dos gastos da atividade operacional muito próxima da verificada no total das empresas da região Centro. A estrutura dos gastos da atividade operacional do comércio distinguia-se pelo elevado peso do CMVMC (84%). Já as estruturas dos gastos da atividade operacional dos outros serviços, da construção e da eletricidade e água apresentavam a situação oposta. Nestes setores, o peso do CMVMC ascendeu a 20%, 33% e 42%, respetivamente; os FSE representavam, pela mesma ordem, 48%, 41% e 45% dos gastos da atividade operacional; e, nos dois primeiros casos, o peso dos gastos com o pessoal superava o observado para o total da região, representando, esta rubrica, 32% e 26% dos

<sup>12</sup> O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

gastos da atividade operacional destes setores, respetivamente. Por classes de dimensão, destacava-se a maior relevância do CMVMC na estrutura dos gastos da atividade operacional das grandes empresas (73%). No sentido oposto, o CMVMC das microempresas representava apenas 57% dos seus gastos da atividade operacional.

Entre 2017 e 2018, os gastos da atividade operacional da região Centro aumentaram 7%, subida idêntica à observada no total das empresas e à registada pelo volume de negócios da região. Em 2018, o aumento dos gastos da atividade operacional das empresas da região Centro em 2018 prolongou a trajetória de crescimento registada desde 2014, inclusive (Gráfico I.3.3). Esta subida deveu-se, em grande medida, à variação do CMVMC (contributo de 4 pp, associado a um aumento de 6%), seguindo-se os contributos dos FSE e dos gastos com o pessoal (2 pp e 1 pp, respetivamente, associados a crescimentos de 8%, em ambos os casos, face a 2017).

**Gráfico I.3.3 • Gastos da atividade operacional | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**



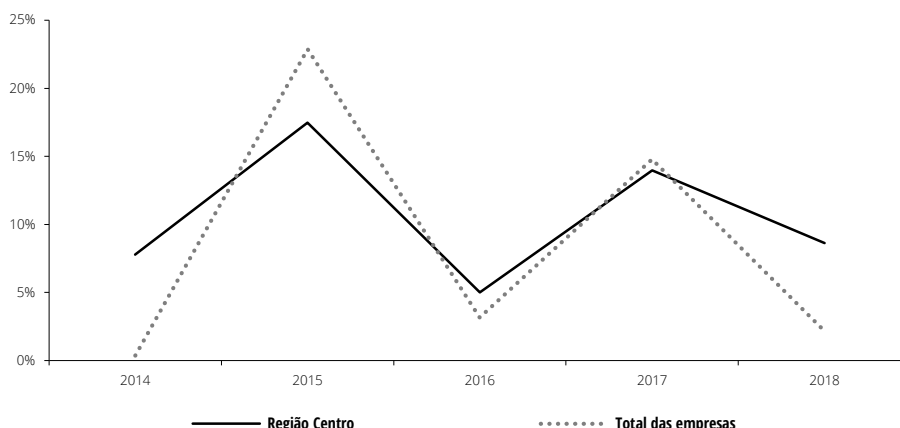
Tendo em conta a localização geográfica, a sub-região Viseu Dão Lafões registou o maior aumento dos gastos da atividade operacional (12%), como consequência sobretudo do aumento do CMVMC das empresas aí sediadas (13%). No sentido oposto, as sub-regiões Médio Tejo, Região de Leiria e Beiras e Serra da Estrela registaram as menores variações dos respetivos gastos da atividade operacional: 4%, no primeiro caso, e 5% nos restantes.

### 3.1.3 EBITDA<sup>13</sup>

Em 2018, o EBITDA gerado pelas empresas da região Centro cresceu 9%. Este foi o sexto ano consecutivo em que o EBITDA das empresas da região aumentou, embora este crescimento tenha sido 5 pp inferior ao registado em 2017 (Gráfico I.3.4). Entre 2017 e 2018, o crescimento do EBITDA da região Centro entre 2017 e 2018 superou o registado no total das empresas no mesmo período (2%). O padrão de evoluções do EBITDA da região Centro foi, no período em análise, menos volátil do que o verificado pelo EBITDA do total das empresas, quer em períodos de crescimento mais elevado do EBITDA do total das empresas, quer em períodos nos quais as taxas de crescimento do total das empresas foram menores.

<sup>13</sup> EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

**Gráfico I.3.4 • EBITDA | Taxa de crescimento anual**

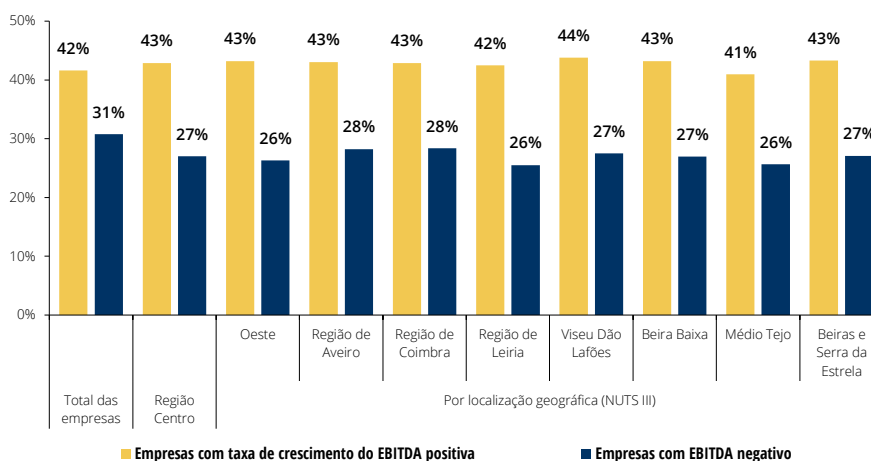


Em 2018, todas as sub-regiões contribuíram para o aumento do EBITDA da região Centro destacando-se, porém, o contributo da Região de Aveiro (4 pp). Esta sub-região apresentou um incremento de 19% do EBITDA, subida apenas inferior à observada na Beira Baixa (22%).

Por setores de atividade económica, a indústria e os outros serviços contribuíram em 4 pp, em ambos os casos, para a taxa de crescimento do EBITDA da região Centro. No sentido oposto, apenas a agricultura e pescas registou, em 2018, um contributo negativo para esta evolução (2 pp). Por classes de dimensão, as grandes empresas contribuíram em 7 pp para o crescimento do EBITDA da região, enquanto o contributo das pequenas e médias empresas foi negativo (1 pp).

Em 2018, 43% das empresas da região Centro apresentaram crescimento do EBITDA (42% no total das empresas) (Gráfico I.3.5). O peso das empresas com crescimento do EBITDA na região não apresentou diferenças de relevo entre 2014 e 2018, tendo sido sempre superior ao registado no total das empresas. Por localização geográfica das empresas, esta proporção variou entre 41%, no Médio Tejo, e 44%, em Viseu Dão Lafões.

**Gráfico I.3.5 • EBITDA | Proporção de empresas com taxa de crescimento do EBITDA positiva e com EBITDA negativo (2018)**



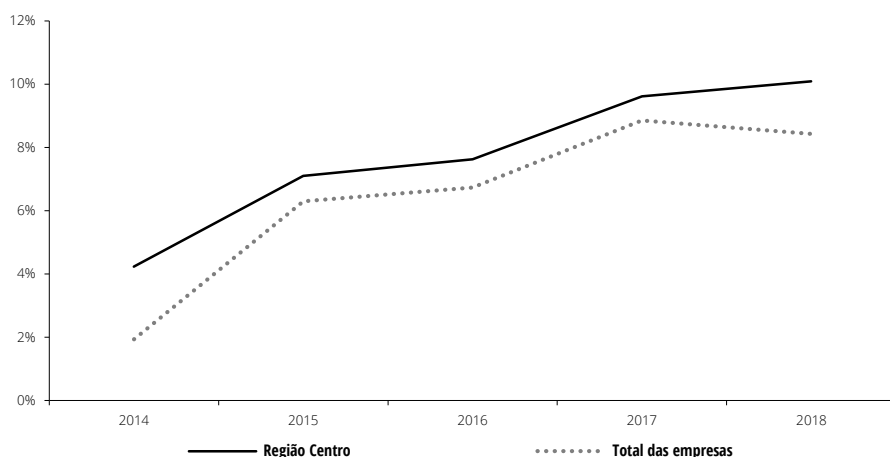
No mesmo ano, 27% das empresas da região Centro apresentaram EBITDA negativo, percentagem inferior à verificada no total das empresas (31%), situação que se verificou igualmente em todo o período 2014-2018. Por localização geográfica, as sub-regiões Região de Aveiro, Região de Coimbra, Viseu Dão Lafões e Beiras e Serra da Estrela registaram percentagens de empresas com EBITDA negativo superiores à da região Centro como um todo (ainda que marginalmente, nos dois últimos casos).

O peso das empresas com crescimento do EBITDA na região era, em 2018, superior nas pequenas e médias empresas (54%, face a valores de 51% nas grandes empresas e de 42% nas microempresas). Já a percentagem das empresas com EBITDA negativo decrescia com a dimensão das empresas: em 2018, oscilava entre 29% nas microempresas e 4% nas grandes empresas. Por setores de atividade económica, a percentagem de empresas com crescimento do EBITDA foi superior nos setores da eletricidade e água e na indústria (47% e 46%, respetivamente), enquanto o peso das empresas com EBITDA negativo foi superior nos outros serviços (29%) e no comércio (27%), em oposição ao verificado na indústria (23%) e na eletricidade e água (22%).

### 3.1.4 Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios<sup>14</sup> da região Centro foi de 10%, em 2018, valor semelhante ao registado em 2017 (Gráfico I.3.6). Esta variação contribuiu para manter a rendibilidade dos capitais próprios da região acima da verificada no total das empresas (8%).

**Gráfico I.3.6 • Rendibilidade dos capitais próprios**



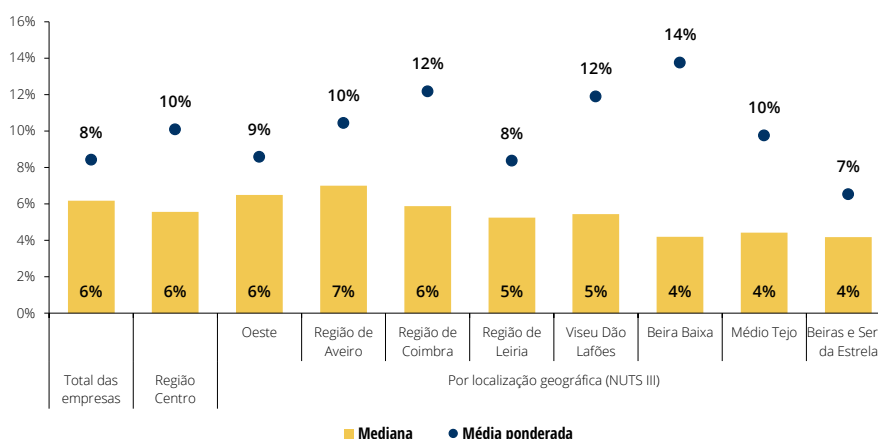
Em 2018, metade das empresas sediadas na região Centro apresentou níveis de rendibilidade dos capitais próprios iguais ou inferiores a 6%, em linha com o verificado no total das empresas (Gráfico I.3.7). Por localização geográfica, o valor médio da rendibilidade era superior ao valor da respetiva mediana em todas as sub-regiões. Este diferencial era particularmente acentuado na Beira Baixa (10 pp): metade das empresas aí sediadas apresentavam níveis de rendibilidade iguais ou inferiores a 4%. Ao mesmo tempo, a sub-região registou, em termos médios, a rendibilidade mais elevada (14%), seguida pelas sub-regiões Região de Coimbra e Viseu Dão Lafões, ambas com 12%. Por oposição, a sub-região Beiras e Serra da Estrela apresentou o valor agregado de rendibilidade

<sup>14</sup> A rendibilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

mais baixo (7%), superior em apenas 2 pp à respetiva mediana (4%), situação análoga à verificada na sub-região Oeste (rendibilidade agregada de 9%).

As sub-regiões Beira Baixa, Região de Aveiro, Beiras e Serra da Estrela e Médio Tejo apresentaram, em 2018, subidas das respetivas rendibilidades face a 2017, destacando-se a primeira sub-região, com um incremento de 4 pp. As restantes sub-regiões apresentaram evoluções negativas nos valores deste rácio, no mesmo período, com destaque para a redução de 2 pp verificada na sub-região Viseu Dão Lafões. Não obstante, entre 2014 e 2018, o aumento da rendibilidade foi transversal a todas as sub-regiões, com as variações a oscilarem entre 1 pp, na Região de Leiria (para 8%), e 11 pp, em Viseu Dão Lafões (para 12%).

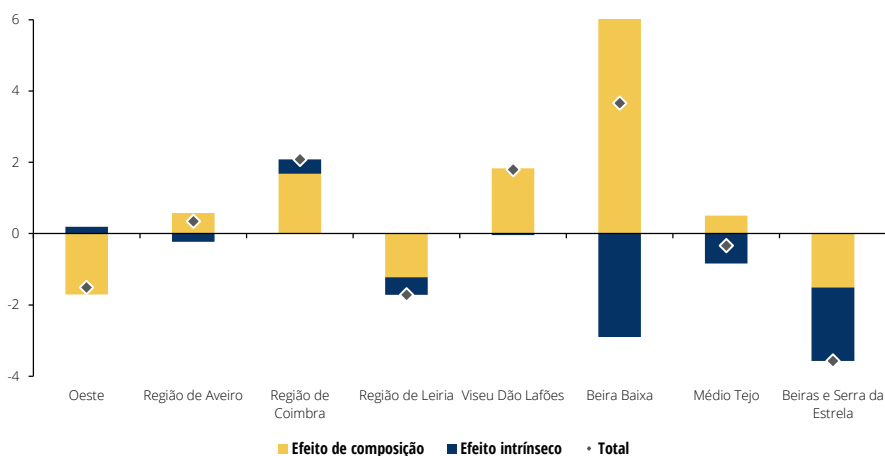
**Gráfico I.3.7 • Rendibilidade dos capitais próprios | Média ponderada e mediana da distribuição (2018)**



A rendibilidade dos capitais próprios das empresas da região Centro pode depender da composição do tecido empresarial das sub-regiões que a integram. Por outro lado, as características intrínsecas das empresas de cada sub-região, tal como a sua dimensão, o tipo de gestão, e outros fatores individuais podem também condicionar a rendibilidade agregada. No sentido de analisar o contributo de cada um destes efeitos, decompôs-se o diferencial entre a rendibilidade dos capitais próprios de cada uma das sub-regiões face ao total da região Centro, de acordo com a metodologia definida em Banco Central Europeu (2017).

Em 2018, as sub-regiões Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela apresentavam os maiores diferenciais relativamente à rendibilidade das empresas da região Centro – no primeiro caso, positivo, em 4 pp, ao passo que no segundo caso, negativo, também em 4 pp (Gráfico I.3.8). Este diferencial pode depender, para além das características intrínsecas das empresas de cada sub-região, da composição do seu tecido empresarial. Sub-regiões com uma maior proporção de empresas em atividades mais rentáveis apresentarão uma rendibilidade global superior, mesmo que intrinsecamente a rendibilidade das empresas seja semelhante. Na Beira Baixa, o efeito da composição setorial do tecido empresarial da sub-região contribuiu de forma predominante para a diferença face ao rácio registado no total da região. Nas Beiras e Serra da Estrela, quer o efeito de composição quer o efeito das características intrínsecas das empresas desta sub-região contribuíram para a existência de um menor nível de rendibilidade, em comparação com o registado na região Centro como um todo.

**Gráfico I.3.8 • Rendibilidade dos capitais próprios | Decomposição do diferencial face ao total da região Centro (2018, em pp)**



A rendibilidade dos capitais próprios era crescente com a classe de dimensão das empresas da região Centro, situação transversal ao período 2014-2018: a rendibilidade dos capitais próprios das microempresas era de 5%, em 2018, enquanto a das grandes empresas ascendia a 16%. Por setores de atividade económica, a eletricidade e água e a indústria apresentaram, no último ano, as rendibilidades mais elevadas (12%, em ambos os casos, após uma diminuição de 1 pp face a 2017, no primeiro setor, e uma redução marginal, no segundo); seguiram-se os outros serviços e o comércio, com rendibilidades de 10% e 9%, respetivamente. Os níveis mais baixos de rendibilidade na região Centro estavam associados à agricultura e pescas (7%, após uma redução de 12 pp face a 2017) e à construção (4%).

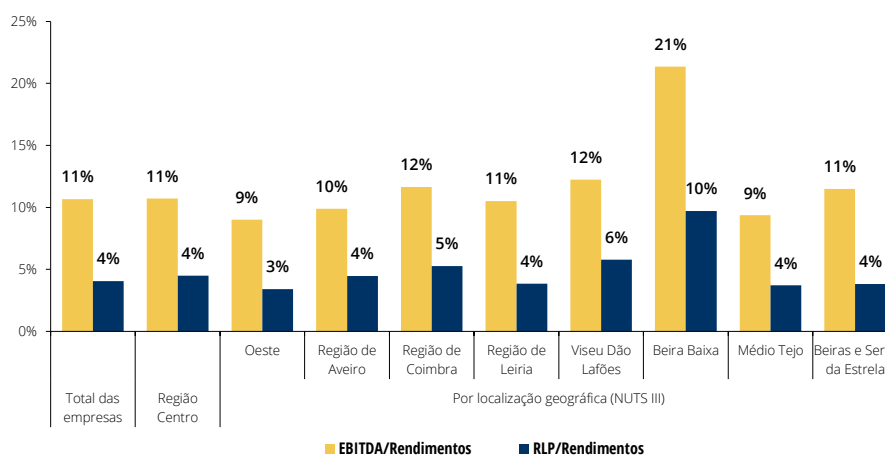
Em 2018, a margem operacional da região Centro (EBITDA/rendimentos<sup>15</sup>) foi de 11%, valor idêntico ao registado pelo total das empresas. Já a margem líquida (resultado líquido do período (RLP)/rendimentos) ascendeu a 4%, valor igualmente semelhante ao verificado no total das empresas (Gráfico I.3.9). Entre 2014 e 2017, a margem operacional das empresas da região foi sempre inferior à observada no total das empresas, enquanto a margem líquida superou consistentemente a do total das empresas.

Em 2018, a Beira Baixa apresentou a margem operacional mais elevada (21%), seguida pelas sub-regiões Viseu Dão Lafões e Região de Coimbra, com margens de 12%. Estes territórios registaram, simultaneamente, as maiores margens líquidas, com destaque, novamente, para a Beira Baixa (10%, valor que superou as margens de 6% e 5% observadas em Viseu Dão Lafões e na Região de Coimbra, respetivamente). Desta forma, a Beira Baixa registou o maior diferencial entre as margens operacional e líquida (12 pp), indiciando que componentes como depreciações, amortizações e gastos de financiamento assumiam maior relevância na estrutura de gastos das empresas desta sub-região. Os gastos de amortização e de depreciação foram responsáveis pela maior parte do diferencial entre a margem operacional e a margem líquida na região Centro: contribuíram em 4 pp para este diferencial, enquanto os gastos de financiamento representaram 1% dos rendimentos das empresas da região (peso semelhante ao registado pelos impostos sobre o rendimento). O peso de todas estas

<sup>15</sup> Por uma questão de simplificação utiliza-se neste estudo a expressão “rendimentos” que corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

componentes foi superior na Beira Baixa, sub-região onde os gastos de amortização e de depreciação representavam 7% dos rendimentos das respetivas empresas.

**Gráfico I.3.9 • Resultados | Peso face aos rendimentos (2018)**



Em 2018, a Beira Baixa apresentou os maiores diferenciais face à região Centro, considerando quer a margem operacional (11 pp), quer a margem líquida (5 pp), ambos positivos. Estes diferenciais deveram-se, maioritariamente, à composição setorial desta sub-região, constituída por empresas tendencialmente mais rentáveis do que as empresas dos demais territórios da região Centro. Já as sub-regiões Oeste e Médio Tejo apresentaram os diferenciais negativos mais significativos, tendo em conta a comparação com as margens operacional e líquida da região Centro. Em ambos os casos, foram as características intrínsecas das empresas sediadas nestas sub-regiões que mais contribuíram para as diferenças identificadas.

Entre 2014 e 2018, as sub-regiões da região Centro apresentaram, em geral, subidas das respetivas margens operacional e líquida, com destaque para os aumentos registados na Beira Baixa, de 10 pp e 6 pp, respetivamente, e em Viseu Dão Lafões, no que respeita à margem líquida, de 6 pp.

Em 2018, as pequenas e médias empresas apresentaram margens operacionais e líquidas idênticas às da região Centro como um todo. As grandes empresas apresentaram margens superiores: margem operacional de 12% e margem líquida de 6%. Em oposição, as margens operacional e líquida das microempresas foram inferiores em 1 pp às verificadas no conjunto das empresas da região. Por setores de atividade económica, a eletricidade e água apresentou as margens mais elevadas: margem operacional de 41% e margem líquida de 12%.

Tendo em conta a importância do mercado externo e das relações com o exterior para a atividade das empresas da região Centro, apresenta-se informação sobre o contributo das exportações e das importações para essa mesma atividade na Caixa 1, "A relevância do mercado externo para a região Centro". Em 2018, 15% das empresas da região Centro realizaram exportações. Integravam o setor exportador 6% das empresas, as quais eram responsáveis por 36% do volume de negócios gerado na região.

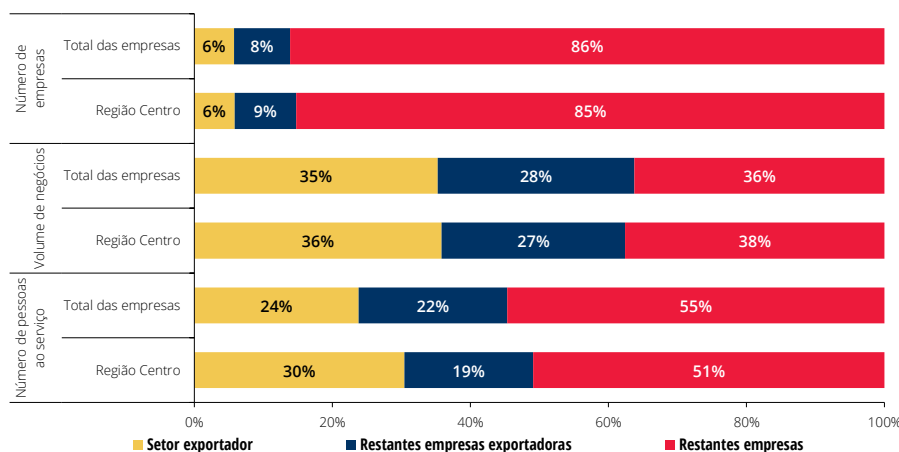


### Caixa 1 • A relevância do mercado externo para a região Centro

Os resultados apresentados no Estudo da Central de Balanços 31 – *Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016* revelam que a proporção de empresas da região Centro pertencentes ao setor exportador era apenas inferior à verificada na região Norte, considerando as regiões que compõem o território nacional. A região Centro apresentava um peso significativo das exportações no volume de negócios, mesmo que superado pelos valores registados pelas empresas da Região Autónoma da Madeira, da região Norte e do Alentejo. Os indicadores apresentados nesta Caixa permitem analisar com maior detalhe a relevância do mercado externo para as empresas da região Centro.

Em 2018, 15% das empresas da região Centro realizaram exportações e 6% integravam o setor exportador<sup>16</sup> (Gráfico C1.1). A parcela de empresas pertencentes ao setor exportador era semelhante à verificada no total das empresas. As empresas pertencentes ao setor exportador eram responsáveis por 36% do volume de negócios gerado pelas empresas da região (35% no total das empresas).

Gráfico C1.1 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador (2018)



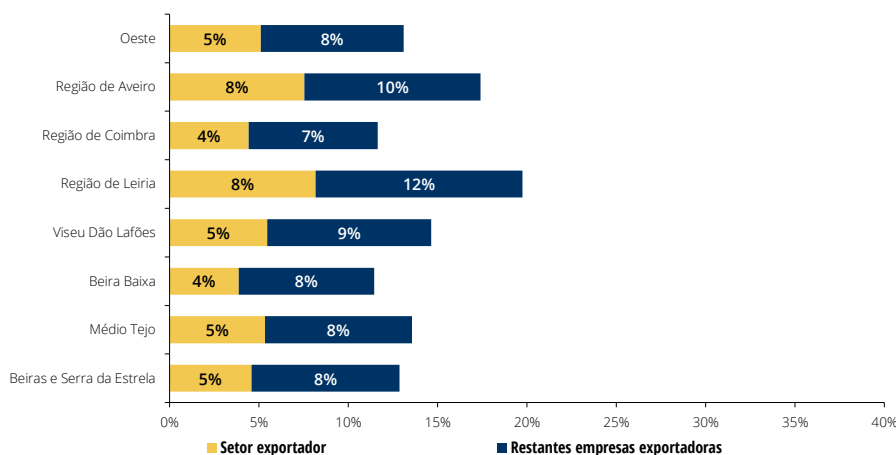
Entre 2014 e 2018, a parcela de empresas que integrava o setor exportador aumentou marginalmente, ainda que a quota-parte do volume de negócios por elas gerado tenha diminuído 3 pp.

Em 2018, o peso das empresas do setor exportador era mais relevante nas sub-regiões Região de Leiria e Região de Aveiro (8%, em ambos os casos) do que no total da região Centro (Gráfico C1.2). Nestas sub-regiões, 20% e 17% das empresas realizaram exportações, respetivamente. Em contraponto, nas sub-regiões Beira Baixa e Região de Coimbra apenas 4% das empresas integravam o setor exportador.

<sup>16</sup> O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros. Uma análise detalhada do setor exportador consta do Estudo da Central de Balanços 22 – *Análise das empresas do setor exportador em Portugal*, de junho de 2015, atualizada em dezembro de 2017 através da Nota de Informação Estatística n.º 122|2017. As restantes empresas exportadoras compreendem as empresas que realizaram exportações abaixo dos limiares definidos para inclusão no setor exportador.

As 1% maiores empresas da região Centro tendo em conta os respetivos volumes de exportações eram responsáveis por 85% do total das exportações da região em 2018 (89% no total das empresas). Esta concentração acentuava-se nas sub-regiões Região de Coimbra, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela, nas quais as 1% maiores empresas foram responsáveis por 90% das exportações de cada uma destas regiões.

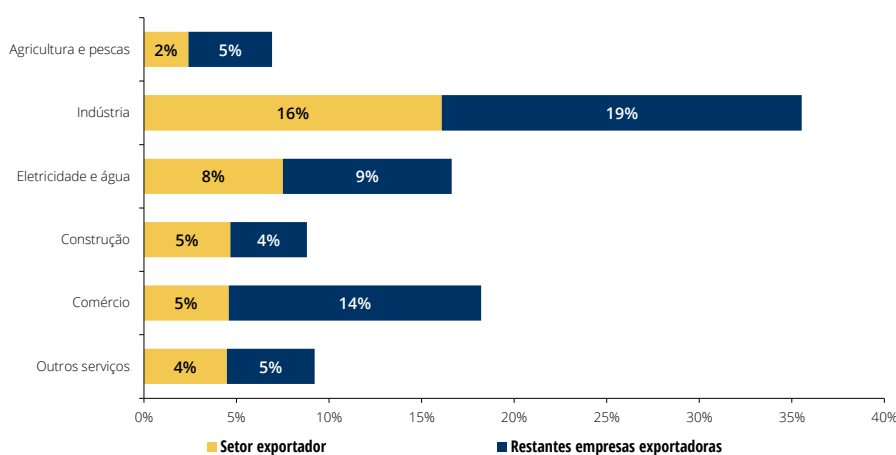
**Gráfico C1.2 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador e por localização geográfica (NUTS III) (número de empresas, 2018)**



Entre 2014 e 2018, a proporção de empresas do setor exportador aumentou, ainda que marginalmente, na quase totalidade das sub-regiões, excetuando a Região de Leiria e as Beiras e Serra da Estrela.

Por setores de atividade económica, o setor exportador agregou, em 2018, 2% das empresas do setor da agricultura e pescas, 4% das empresas dos outros serviços e 5% das empresas da construção e do comércio da região Centro. Em contraponto, 16% das empresas do setor da indústria da região integraram o setor exportador (Gráfico C1.3).

**Gráfico C1.3 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador e por setores de atividade económica (região Centro, número de empresas, 2018)**



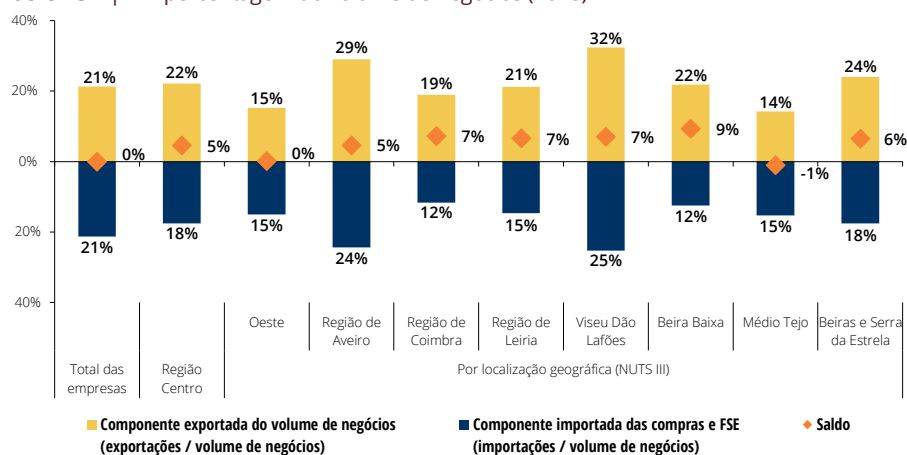
As empresas pertencentes ao setor exportador foram mais relevantes na região Centro do que no total das empresas, quando considerados os setores da eletricidade e água, da indústria e, ainda que marginalmente, dos outros serviços. Em oposição, na agricultura e pescas, no comércio e na construção, o setor exportador assumiu menos relevância que no total das empresas. Já atendendo ao volume de negócios, o peso do setor exportador na região foi superado pelo observado no total das empresas, independentemente do setor de atividade económica, destacando-se os setores da eletricidade e água e da construção. Nestes setores os pesos do volume de negócios gerado por empresas pertencentes ao setor exportador na região Centro eram 24 pp e 11 pp inferiores, respetivamente, aos registados no total das empresas.

Em 2018, as exportações representaram 22% do volume de negócios das empresas da região Centro (Gráfico C1.4), peso superior em 1 pp ao observado no total das empresas.

O peso das exportações no volume de negócios foi superior, em 2018, nas sub-regiões Viseu Dão Lafões e Região de Aveiro: pesos de 32% e 29%, respetivamente. Por oposição, este rácio foi inferior no Médio Tejo e no Oeste: 14% e 15% do volume de negócios, respetivamente.

O diferencial entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e fornecimentos e serviços externos (FSE) foi equivalente a 5% do volume de negócios na região Centro e marginalmente positivo no total das empresas. Por localização geográfica, a Beira Baixa apresentou o diferencial mais positivo (9%), seguida pelas sub-regiões Região de Coimbra, Viseu Dão Lafões e Região de Leiria (7%, em cada um dos casos). Apenas o Médio Tejo registou um diferencial negativo entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE (1% do volume de negócios).

**Gráfico C1.4 • Componente exportada do volume de negócios e componente importada das compras e FSE | Em percentagem do volume de negócios (2018)**

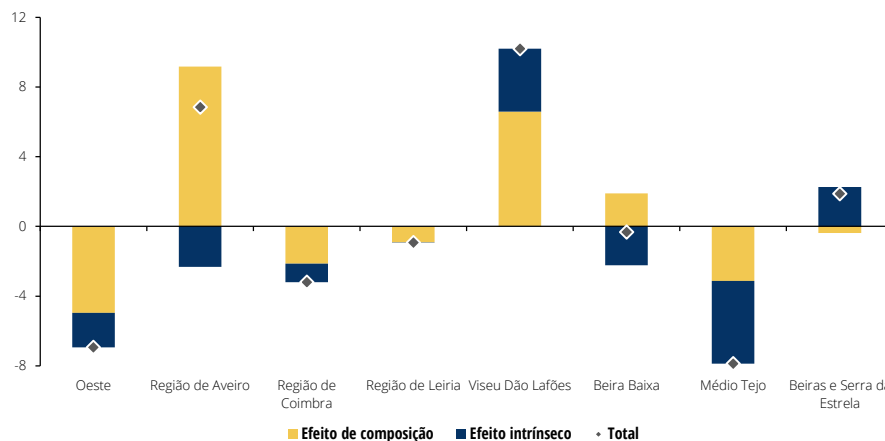


Nota: A componente importada das compras e FSE encontra-se representada na parte inferior do gráfico. Apesar de apresentar valores positivos, esta componente contribui de forma negativa para o saldo das transações com o exterior, que corresponde à diferença entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE.

O maior peso das exportações no volume de negócios das sub-regiões Viseu Dão Lafões e Região de Aveiro (por comparação com o total da região Centro) resultou mais da composição setorial destas sub-regiões do que das características intrínsecas das suas empresas, as quais contribuíram inclusivamente, no caso da Região de Aveiro, de forma negativa para este diferencial (Gráfico C1.5). No Médio Tejo e no Oeste (sub-regiões que registaram os diferenciais mais negativos face à região Centro) a composição setorial e as características intrínsecas das empresas de cada sub-região contribuíram para que o diferencial registado fosse negativo. No primeiro caso, no entanto, o efeito intrínseco era mais relevante, indicando que as empresas do Médio Tejo exportavam uma menor proporção do seu volume de negócios, em comparação com empresas com atividades

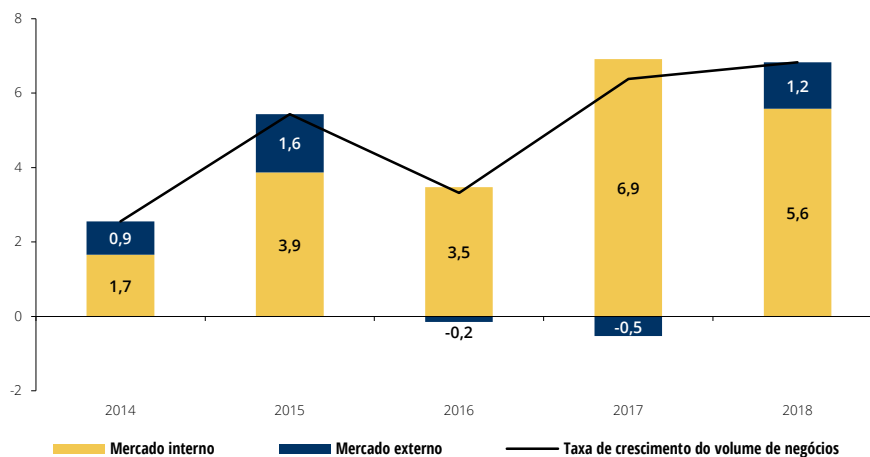
semelhantes localizadas nas restantes sub-regiões. No segundo caso, era mais importante para o diferencial a distinta composição setorial da sub-região face à registada na região Centro como um todo.

**Gráfico C1.5 • Peso das exportações no volume de negócios | Decomposição do diferencial face ao total da região Centro (2018, em pp)**



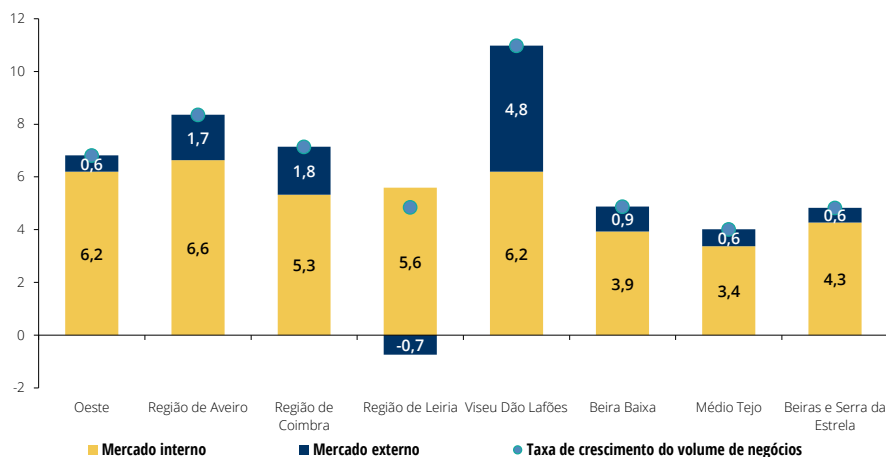
Depois de ter contribuído negativamente para a evolução do volume de negócios das empresas da região Centro durante dois anos consecutivos, o mercado externo voltou a contribuir para o aumento deste indicador em 2018 (Gráfico C1.6).

**Gráfico C1.6 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (região Centro, em percentagem)**



Em 2018, o contributo do mercado externo para o crescimento do volume de negócios foi superior na sub-região Viseu Dão Lafões (5 pp). No sentido oposto, a Região de Leiria foi a única sub-região na qual o mercado externo contribuiu negativamente para a evolução do respetivo volume de negócios (Gráfico C1.7).

**Gráfico C1.7 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual, por localização geográfica (NUTS III) (em percentagem, 2018)**



Em 2018, a indústria foi o setor no qual o mercado externo foi mais relevante, ao contribuir em 3 pp para o crescimento do volume de negócios do setor na região (8%).

As empresas da região Centro mantinham uma relação com o exterior igualmente influenciada pelo investimento direto do exterior em Portugal (IDE)<sup>17</sup>. Ainda que o número de empresas com capitais estrangeiros fosse marginal (1% das empresas da região, em 2018, em comparação com 2% no total das empresas), estas representavam 15% do volume de negócios e 36% das exportações da região (25% e 39% no total das empresas, respetivamente).

Viseu Dão Lafões e o Médio Tejo destacavam-se em virtude de, em 2018, 27% e 26% dos respetivos volumes de negócios terem sido gerados por empresas com IDE. No sentido oposto, nas sub-regiões Oeste e Região de Leiria, as empresas alvo de IDE eram responsáveis por apenas 8% e 9% dos respetivos volumes de negócios. Já o peso destas empresas nas exportações era mais significativo, na maioria das sub-regiões, em linha com o verificado no total da região: em Viseu Dão Lafões e nas Beiras e Serra da Estrela, inclusivamente, 64% e 51% das respetivas exportações estavam associadas a empresas com investimento direto do exterior.

Em 2018, o *stock* de IDE na região Centro concentrava-se nas indústrias transformadoras (73%), em linha com o registado em anos anteriores. Por localização geográfica, o peso das indústrias transformadoras no *stock* de IDE era inferior ao registado na região como um todo apenas na Beira Baixa, no Médio Tejo e em Viseu Dão Lafões (pesos de 7%, 18% e 71%, respetivamente).

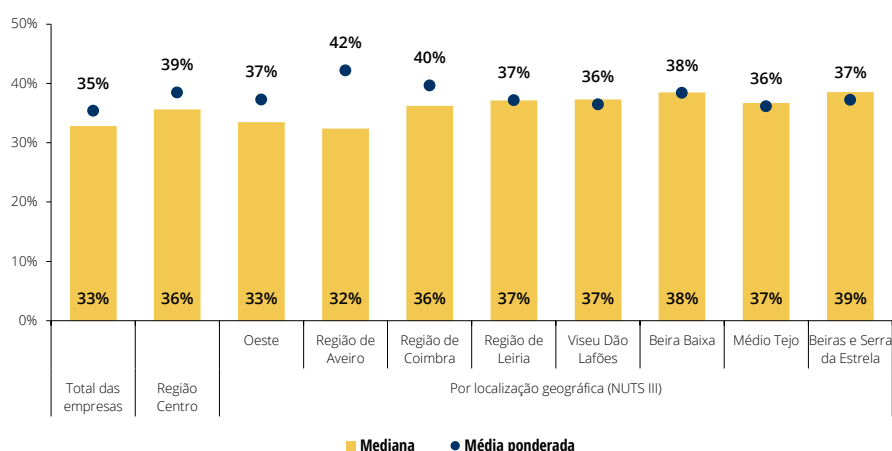
<sup>17</sup> O investimento direto do exterior em Portugal (IDE) observa-se quando as participações de entidades não residentes no capital de empresas residentes traduzem um interesse de caráter duradouro e garantem às primeiras controlo ou influência significativa sobre a gestão das segundas. Para mais informação sobre a compilação das estatísticas de posição de investimento internacional, pode ser consultado o *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2015 – Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional – Notas metodológicas*.

## 3.2 Situação financeira

### 3.2.1 Capitais próprios

A autonomia financeira da região Centro foi de 39% em 2018, valor 3 pp acima do observado no total das empresas (Gráfico I.3.10). Entre 2014 e 2018, a autonomia financeira da região aumentou 7 pp, superando o aumento de 6 pp verificado no total das empresas. Em 2018, a autonomia financeira média da região Centro era superior à autonomia financeira de, pelo menos, metade das empresas da região (valor da mediana igual a 36%). Esta situação, transversal a todo o período analisado, verificou-se, de igual modo, no total das empresas.

Gráfico I.3.10 • Autonomia financeira | Média ponderada e mediana da distribuição (2018)



Em 2018, a sub-região Região de Aveiro apresentava a autonomia financeira mais elevada (42%), ao passo que as sub-regiões Viseu Dão Lafões e Médio Tejo registavam os níveis de autonomia financeira mais baixos: 36% em ambos os casos. Apresentavam, simultaneamente, uma autonomia financeira agregada inferior ao valor observado por, pelo menos, metade das respetivas empresas (diferencial de 1 pp face à mediana). Esta situação verificava-se, igualmente, nas sub-regiões Beiras e Serra da Estrela (diferencial de 1 pp) e Beira Baixa (marginalmente).

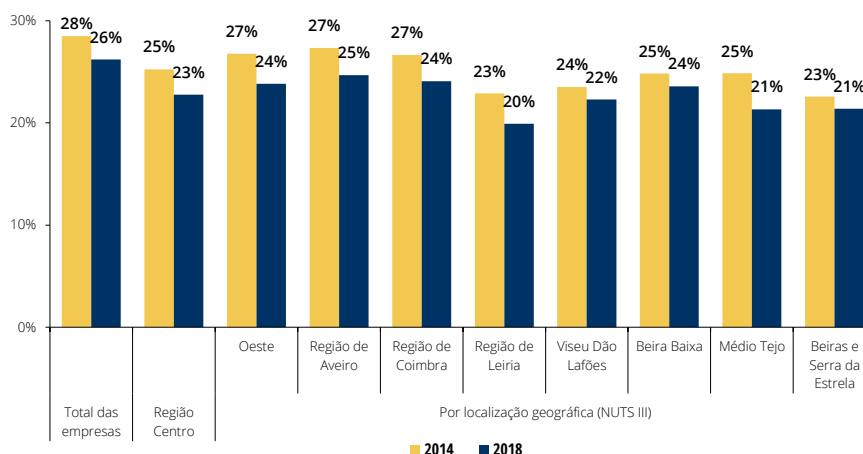
Em 2018, as sub-regiões Região de Aveiro, Médio Tejo e Viseu Dão Lafões apresentaram os maiores diferenciais face ao rácio de autonomia financeira da região Centro como um todo: a proporção de ativo financiado por capitais próprios era, nestas sub-regiões, superior à verificada no total da região em 4 pp, no primeiro caso, e inferior em 2 pp, nos restantes. No caso das sub-regiões Região de Aveiro e Médio Tejo, os contributos das respetivas composições setoriais para os diferenciais do total da região sobressaíram. O diferencial negativo associado à sub-região Viseu Dão Lafões deveu-se ao efeito intrínseco das empresas dessa sub-região, cujo financiamento estava associado, em menor escala, a capitais próprios face ao registado por empresas com atividades semelhantes sediadas nas demais sub-regiões da região Centro.

Entre 2014 e 2018, as sub-regiões Beira Baixa e Médio Tejo foram aquelas cujos rácios de autonomia financeira mais aumentaram: 11 pp, em ambos os casos. Pelo contrário, na sub-região Beiras e Serra da Estrela verificou-se o mais baixo aumento da respetiva autonomia financeira agregada no mesmo período (2 pp).

Em 2018, a autonomia financeira da região Centro aumentava com a dimensão das empresas. Por setores de atividade económica, o nível de autonomia financeira era superior na indústria (44%) e na agricultura e pescas (43%), por oposição ao registado na eletricidade e água (27%).

No mesmo ano, 23% das empresas da região Centro apresentava capitais próprios negativos (26% no total das empresas) (Gráfico I.3.11). Entre 2014 e 2018, a relevância destas empresas diminuiu 2 pp, descida idêntica à observada no total das empresas.

**Gráfico I.3.11 • Autonomia financeira | Proporção de empresas com capitais próprios negativos**



A redução do peso das empresas com capitais próprios negativos entre 2014 e 2018 foi transversal a todas as sub-regiões que compõem a região Centro. Este peso era, em 2018, superior na Região de Aveiro (25%) e decrescente com a dimensão das empresas da região Centro como um todo. Por outro lado, as empresas com capitais próprios negativos apresentavam maior relevância no comércio e nos outros serviços (24%, em ambos os setores), em oposição ao registado na eletricidade e água: 11%, valor mais baixo entre os setores de atividade económica da região Centro.

### 3.2.2 Capitais alheios

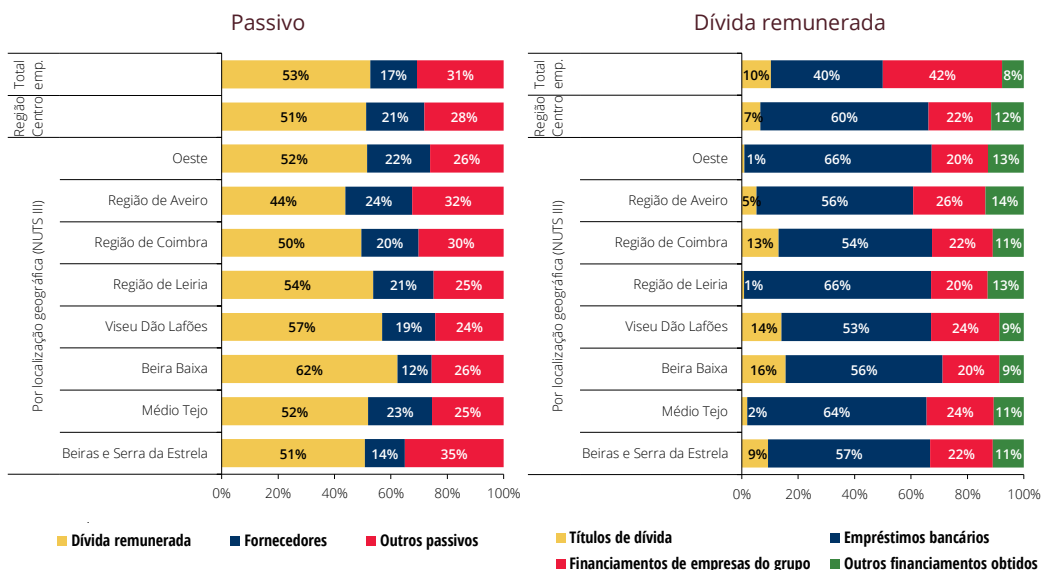
O financiamento com recurso a capitais alheios constituía a principal forma de financiamento da atividade das empresas da região Centro, em 2018, apesar de a sua relevância ser inferior à verificada na totalidade das empresas em Portugal.

Em 2018, em linha com o registado no total das empresas, a dívida remunerada<sup>18</sup> representava, a principal fonte de capital alheio da região Centro, correspondendo a 51% do respetivo passivo (Gráfico I.3.12). As dívidas a fornecedores (ou créditos comerciais) totalizavam 21% do passivo da região, sendo a restante parcela proveniente de outros passivos<sup>19</sup>. A estrutura do passivo da região Centro não diferia significativamente da observada nos anos anteriores, não obstante a redução em 2 pp do peso da dívida remunerada em relação a 2014.

<sup>18</sup> A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

<sup>19</sup> A classe "Outros passivos" incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

Gráfico I.3.12 • Passivo | Estrutura (2018)



A dívida remunerada correspondia, em 2018, à maior parcela do passivo de todas as sub-regiões da região Centro, apresentando pesos mais expressivos nas sub-regiões Beira Baixa, Viseu Dão Lafões e Região de Leiria: 62%, 57% e 54% do passivo destas sub-regiões, respetivamente.

Os empréstimos bancários<sup>20</sup> representavam a maior parcela da dívida remunerada da região Centro (60%, 20 pp acima do peso verificado no total das empresas), seguindo-se os financiamentos de empresas do grupo que representavam 22% da dívida remunerada das empresas da região.

A composição da dívida remunerada por localização geográfica das empresas apresentava algumas diferenças, face à observada no conjunto das empresas da região Centro, ainda que a hierarquia das diferentes componentes fosse, na maioria dos casos, semelhante. Os empréstimos bancários eram a rubrica mais relevante em todas as sub-regiões, ainda que o seu peso máximo (66% da dívida remunerada das empresas das sub-regiões Região de Leiria e Oeste) fosse 13 pp superior ao registado no território em que o peso desta componente era menor (53%, na sub-região Viseu Dão Lafões). As sub-regiões Beira Baixa, Viseu Dão Lafões e Região de Coimbra destacavam-se pelo maior peso da dívida titulada: 16%, 14% e 13% da dívida remunerada, respetivamente, em 2018. Já o peso dos financiamentos de empresas do grupo oscilava entre 20%, nas sub-regiões Oeste, Região de Leiria e Beira Baixa, e 26%, na Região de Aveiro, enquanto o peso dos outros financiamentos obtidos estava compreendido entre 9%, nas sub-regiões Viseu Dão Lafões e Beira Baixa, e 14%, na Região de Aveiro.

A estrutura da dívida remunerada da região Centro em 2018 apresentava algumas diferenças face à verificada nos anos anteriores, como resultado da diminuição do peso dos empréstimos bancários, ainda que esta componente continuasse a ser a mais relevante. Esta evolução verificou-se em todas as sub-regiões que compõem a região Centro, mas foi especialmente notória na Beira Baixa e em Viseu Dão Lafões.

Em 2018, a dívida remunerada correspondia à parcela mais significativa do passivo das empresas da região Centro, independentemente da classe de dimensão a que pertenciam, assumindo maior

<sup>20</sup> A Caixa 2 "Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente" disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.



relevância nas pequenas e médias empresas (56% do passivo). A dívida remunerada das pequenas e médias empresas da região encontrava-se predominantemente associada a empréstimos bancários (69%). Nas restantes classes de dimensão, apesar do maior peso desta rubrica, destacavam-se os pesos dos financiamentos de empresas do grupo, no caso das microempresas (31%), e do mercado de dívida titulada, no caso das grandes empresas (23%).

Em 2018, a dívida remunerada estava igualmente associada às maiores parcelas dos passivos de todos os setores de atividade económica, representando 62% do passivo das empresas dos outros serviços da região Centro. Os empréstimos bancários correspondiam à maior parcela da dívida remunerada em todos os setores, com o peso desta rubrica na dívida remunerada a oscilar entre 57%, na indústria, e 67%, no comércio.

Entre 2017 e 2018, o passivo das empresas da região Centro aumentou 2% (Quadro I.3.1), subida superior à observada no total das empresas (aumento de 1%), após sucessivas reduções no período em análise. Entre 2014 e 2017, o passivo da região Centro diminuiu em todos os anos, situação que conduziu a um decréscimo acumulado de 1%. O ativo das empresas da região Centro aumentou 5% em 2018, tendo aumentado 12% entre 2014 e 2018.

**Quadro I.3.1 • Passivo | Taxa de crescimento anual (2018)**

	Dívida remunerada	Fornecedores	Outros passivos	Passivo
Total das empresas	-1,4%	2,9%	4,9%	1,1%
Região Centro	1,3%	1,5%	4,6%	2,3%
Oeste	1,5%	1,6%	2,6%	1,8%
Região de Aveiro	2,5%	1,1%	9,2%	4,2%
Região de Coimbra	1,7%	-0,7%	5,2%	2,2%
Região de Leiria	-4,3%	0,5%	2,9%	-1,6%
Viseu Dão Lafões	16,1%	6,9%	5,7%	11,6%
Beira Baixa	-2,9%	1,7%	1,6%	-1,2%
Médio Tejo	-3,9%	3,6%	-0,6%	-1,5%
Beiras e Serra da Estrela	0,7%	-0,8%	4,8%	1,9%

Nota: O sombreado escuro destaca a sub-região (NUTS III) com a variação mais significativa do passivo e de cada uma das suas componentes. O sombreado claro identifica todas as variações positivas.

Para o aumento do passivo observado em 2018 contribuiu em maior escala o incremento de 5% dos outros passivos, determinando um contributo de 1,3 pp para a evolução do passivo da região Centro. Já a dívida remunerada e os créditos comerciais aumentaram 1% e 2%, respetivamente. O crescimento da dívida remunerada ocorreu apesar da diminuição de 4% registada nos empréstimos bancários (contributo de -2 pp para a evolução da dívida remunerada), compensada pelo efeito conjunto dos aumentos registados nas restantes rubricas. Para este crescimento destacam-se os contributos de 2 pp, em cada um dos casos, dos títulos de dívida e dos financiamentos de empresas do grupo para o crescimento da dívida remunerada, associados a incrementos de 30% e 9% nos respetivos montantes.

Por localização geográfica, o passivo apresentou, em 2018, subidas na maioria dos territórios que integram a região Centro. Apenas as sub-regiões Região de Leiria, Beira Baixa e Médio Tejo registaram decréscimos dos respetivos passivos. Em oposição, Viseu Dão Lafões apresentou o maior crescimento do passivo (12%), seguindo-se a sub-região Região de Aveiro (4%). Na primeira

sub-região, o aumento do passivo deveu-se ao crescimento da dívida remunerada (contributo de 9 pp, na sequência de um aumento de 16%).

Por classes de dimensão, as grandes empresas registaram, em 2018, o maior aumento do passivo (16%), em oposição ao decréscimo de 1% observado no passivo das pequenas e médias empresas da região. Por setores de atividade económica, a agricultura e pescas e a indústria apresentaram os crescimentos do passivo mais acentuados (7% e 6%, respetivamente, com os maiores contributos associados à evolução da dívida remunerada), enquanto os passivos da construção e da eletricidade e água diminuíram 2% e 1%, respetivamente.

Dada a relevância dos empréstimos bancários na composição do passivo da região Centro, apresenta-se na Caixa 2 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” informação complementar sobre esta forma de financiamento. Destaca-se a elevada concentração dos empréstimos concedidos às pequenas e médias empresas, nos setores da indústria e dos outros serviços, e das sub-regiões que agregavam a maior parte das empresas associadas à região. Também o incumprimento evidenciava situações distintas consoante a localização geográfica das sedes das empresas.

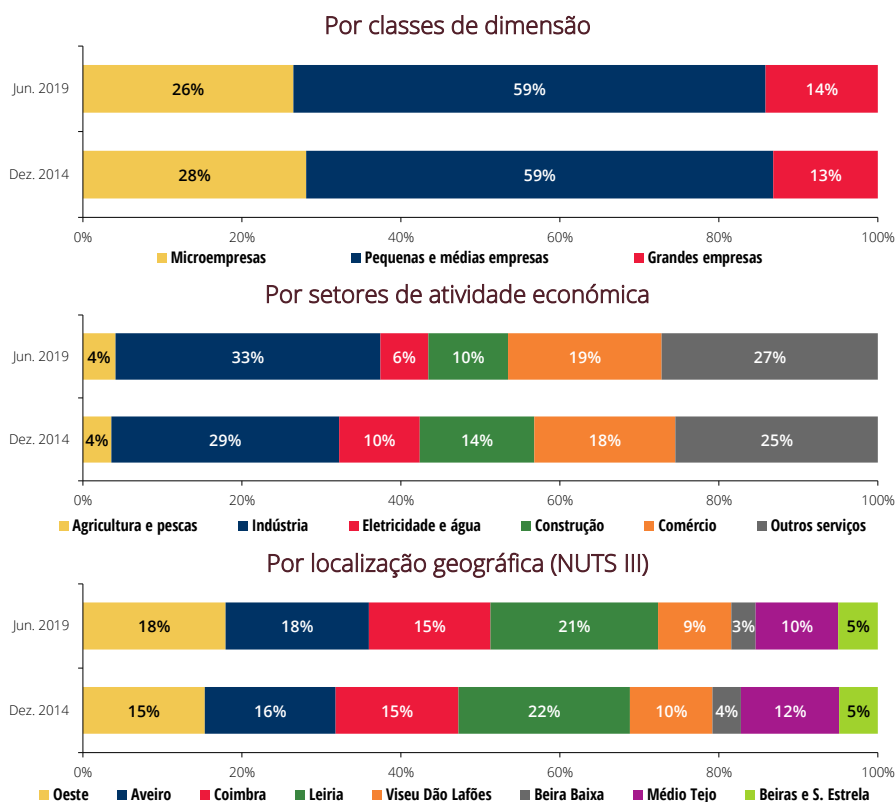
## Caixa 2 • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente<sup>21</sup>

Com base na informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, analisa-se, nesta Caixa, o montante total dos empréstimos obtidos pelas empresas da região Centro junto do sistema bancário residente<sup>22</sup>.

Em junho de 2019, a região Centro agregava 19% dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente às empresas portuguesas, peso marginalmente superior ao observado no final de 2018, e 2 pp superior ao registado no final de 2014.

Do montante de empréstimos bancários dirigido às empresas da região Centro em junho de 2019, 59% concentrava-se nas pequenas e médias empresas, 26% nas microempresas e 14% nas grandes empresas (Gráfico C2.1). Por setores de atividade económica, a indústria e os outros serviços agregavam, em conjunto, a maioria dos empréstimos bancários concedidos à região pelo sistema bancário residente (parcelas de 33% e 27%, respetivamente). Já a sub-região Região de Leiria era responsável pela maior parcela dos empréstimos atribuídos à região Centro (21%), seguindo-se as sub-regiões Oeste e Região de Aveiro (18%, em ambos os casos).

**Gráfico C2.1 • Composição do financiamento obtido pelas empresas da região Centro junto do sistema bancário residente (valores em fim de período)**



<sup>21</sup> Informação apurada com base na Central de Responsabilidades de Crédito, uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o *Caderno n.º 5 do Banco de Portugal, Central de Responsabilidades de Crédito*.

<sup>22</sup> Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuas.

A repartição do montante de crédito concedido às empresas da região Centro, tendo em conta as sub-regiões que a compõem, manteve-se relativamente estável entre dezembro de 2014 e junho de 2019, não obstante o aumento do peso da sub-região Oeste (2,6 pp), em detrimento, em maior medida, da relevância do Médio Tejo. Por classes de dimensão, registou-se, no mesmo período, o reforço do peso das grandes empresas e das pequenas e médias empresas. Por setores de atividade económica, as maiores variações ocorridas entre o final de 2014 e o final do primeiro semestre de 2019 verificaram-se nas parcelas dos empréstimos concedidos às empresas da construção e da eletricidade e água, que diminuíram 4 pp. Estas descidas foram compensadas, de forma mais significativa, pelo aumento da parcela de empréstimos associada às empresas da indústria (5 pp), comércio e outros serviços (2 pp em cada um dos casos).

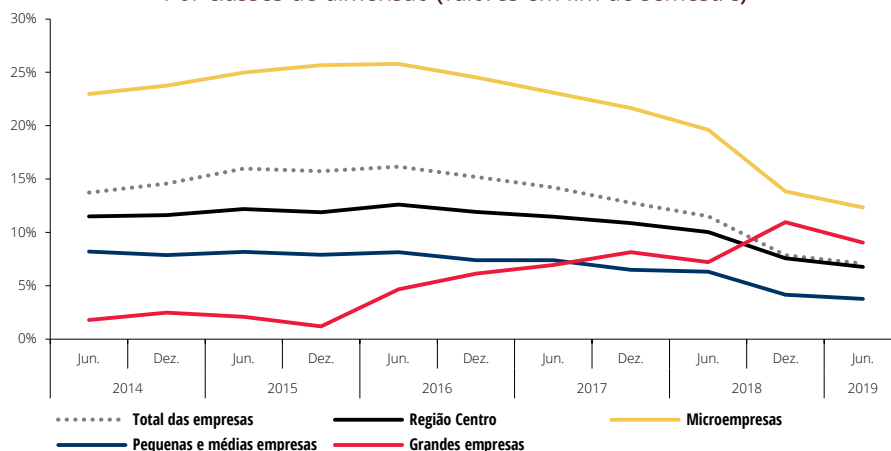
Entre dezembro de 2014 e junho de 2019, a região Centro apresentou, sistematicamente, rácios de empréstimos vencidos<sup>23</sup> inferiores aos registados no total das empresas, ainda que o diferencial tenha diminuído ao longo do tempo. No final do primeiro semestre de 2019, o rácio de empréstimos vencidos da região era de 6,8% (7,1% no total das empresas) (Gráfico C2.2). Face ao valor observado no final de 2014, a parcela de empréstimos em incumprimento na região diminuiu 4,8 pp (redução de 7,5 pp no total das empresas).

Em junho de 2019, as microempresas apresentavam o maior rácio de empréstimos vencidos na região Centro: 12,3%, pese embora a diminuição de 11,4 pp denotada face ao valor registado no final de 2014. Nas restantes classes de dimensão, o rácio de empréstimos vencidos era, em junho de 2019, mais elevado nas grandes empresas (9,1%) do que nas pequenas e médias empresas (3,8%), contrariamente ao verificado no final de 2014. Por setores de atividade económica, a construção apresentava, em junho de 2019, o rácio de empréstimos vencidos mais elevado: 29,4%, valor superior ao rácio de 6,2% associado aos outros serviços (setor com o segundo maior rácio de empréstimos vencidos da região). A sub-região Região de Leiria destacava-se, de igual modo, por ser a que apresentava, em junho de 2019, o rácio de empréstimos vencidos agregado mais elevado (10,4%). No extremo oposto, as menores parcelas de crédito em incumprimento estavam associadas, no final do primeiro semestre de 2019, às sub-regiões Viseu Dão Lafões (3,1%), Beira Baixa (3,6%) e Região de Aveiro (4,1%).

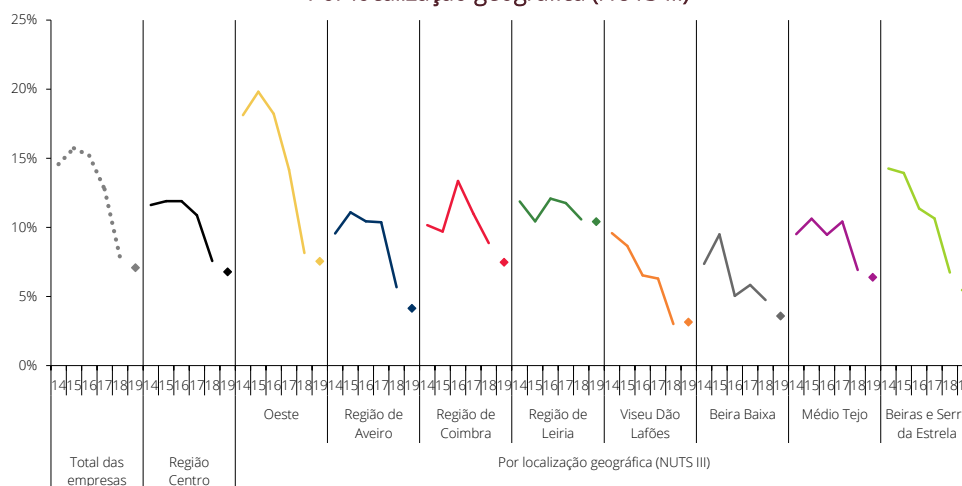
<sup>23</sup> Para o rácio de empréstimos vencidos é utilizada a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal sobre empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente, sendo calculada a proporção dos montantes de empréstimos vencidos no total de empréstimos obtidos. Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações pode ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt).

**Gráfico C2.2 • Rácio de empréstimos vencidos (% do total)**

Por classes de dimensão (valores em fim de semestre)



Por localização geográfica (NUTS III)



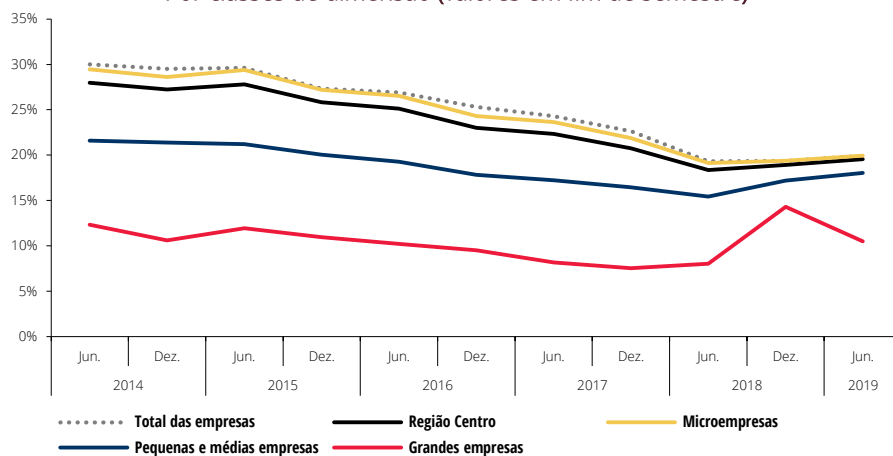
Nota: O gráfico relativo ao rácio de empréstimos vencidos por localização geográfica (NUTS III) contempla valores em fim de ano, excetuando-se o caso de 2019, período relativamente ao qual os valores são referentes ao final do primeiro semestre.

A percentagem de empresas com crédito em incumprimento na região Centro era de 19,5% no final do primeiro semestre de 2019 (Gráfico C2.3). Esta parcela era inferior em 0,4 pp à verificada no total das empresas. Entre dezembro de 2014 e junho de 2019, a percentagem de devedores com empréstimos vencidos diminuiu 7,7 pp, redução superada, ainda assim, pela observada no total das empresas (9,6 pp).

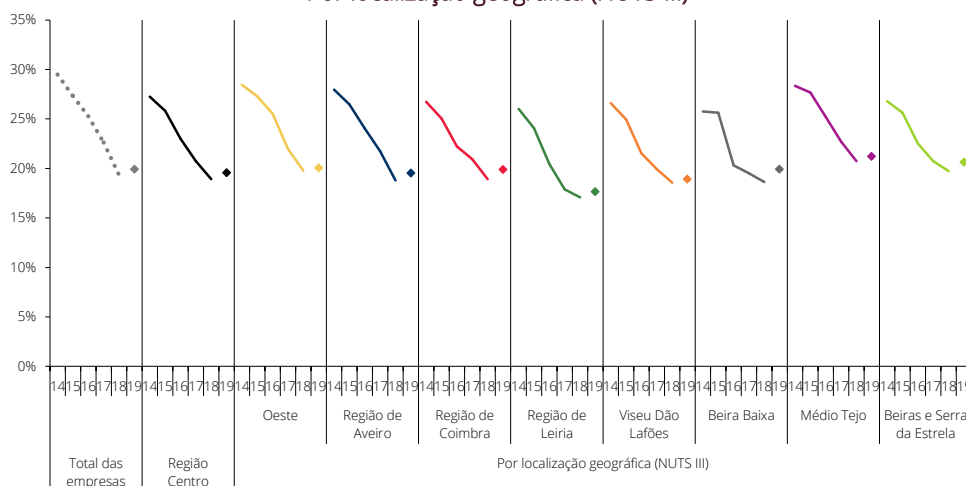
Em junho de 2019, a percentagem de devedores com empréstimos vencidos decrescia com a classe de dimensão: de 20,0%, nas microempresas (não obstante terem apresentado a maior redução desta parcela desde o final de 2014, 8,7 pp), até 10,5%, nas grandes empresas. Por setores de atividade económica, a construção registava a maior percentagem de devedores com, pelo menos, uma situação de incumprimento (25,3%), após uma redução de 13,3 pp face ao observado no final de 2014. Destacava-se, pela mesma razão, o Médio Tejo, ao apresentar, em junho de 2019, 21,2% de devedores com empréstimos vencidos. Esta sub-região apresentou, ainda assim, uma diminuição deste indicador face ao final de 2014 (7,1 pp), em linha com as evoluções registadas nas restantes sub-regiões. Em contraponto, a sub-região Região de Leiria era a que apresentava a menor percentagem de empresas com, pelo menos, uma situação de incumprimento no final do primeiro semestre de 2019 (17,6%).

**Gráfico C2.3 • Percentagem de devedores com empréstimos vencidos**

Por classes de dimensão (valores em fim de semestre)



Por localização geográfica (NUTS III)



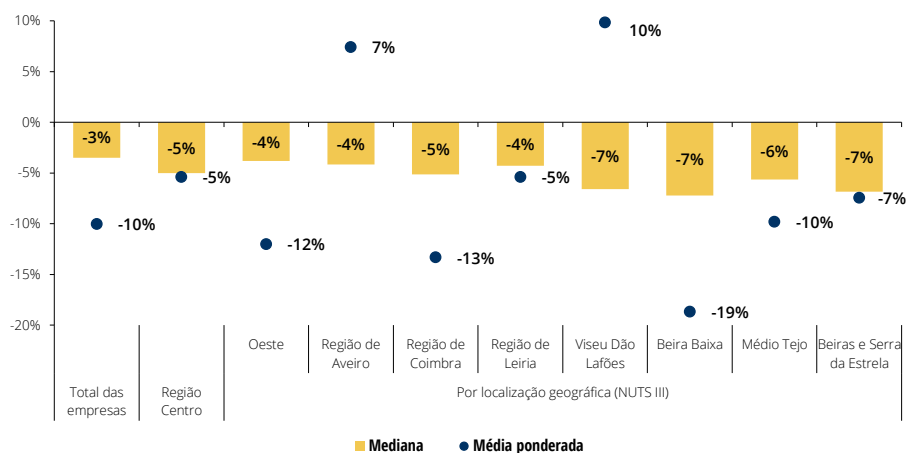
Nota: O gráfico relativo à percentagem de devedores com empréstimos vencidos por localização geográfica (NUTS III) contempla valores em fim de ano, excetuando-se o caso de 2019, período relativamente ao qual os valores são referentes ao final do primeiro semestre.

### 3.2.3 Gastos de financiamento e solvabilidade

Em 2018, os gastos de financiamento<sup>24</sup> da região Centro diminuíram, em média, 5% em relação a 2017. Esta redução foi superada pela redução de 10% registada no total das empresas (Gráfico I.3.13). A evolução dos gastos de financiamento das empresas da região foi negativa em todo o período analisado, conduzindo a uma diminuição de 32% entre 2014 e 2018, valor similar ao registado no total das empresas.

<sup>24</sup> O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

**Gráfico I.3.13 • Gastos de financiamento | Média ponderada e mediana da taxa de crescimento anual (2018)**



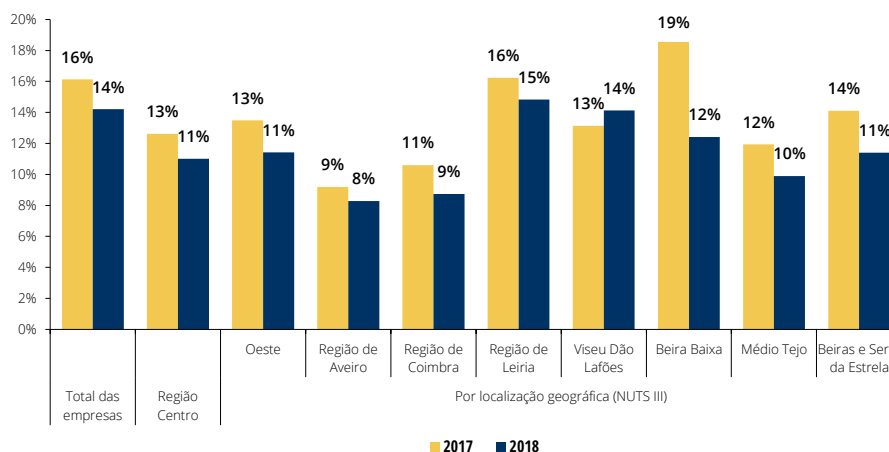
A redução dos gastos de financiamento, em termos agregados, foi tão expressiva quanto a registada pela maior parte das empresas da região: em 2018, metade das empresas apresentou uma redução dos gastos de financiamento igual ou superior a 5% (mediana de -3% no total das empresas).

A diminuição dos gastos de financiamento por localização geográfica acompanhou, na maioria dos casos, a tendência evidenciada pelo total da região Centro. Em 2018, as sub-regiões Região de Coimbra e Oeste foram as responsáveis pelos maiores contributos para a redução agregada dos gastos de financiamento da região: 2 pp, em ambos os casos, na sequência de reduções dos respetivos gastos de financiamento de 13% e 12%, respetivamente (apesar de a maior redução, 19%, ter ocorrido na Beira Baixa). As sub-regiões Viseu Dão Lafões e Região de Aveiro foram as únicas a registar aumentos nos respetivos gastos de financiamento (10% e 7%, respetivamente) ainda que metade das suas empresas tenha registado diminuições dos respetivos gastos de financiamento iguais ou superiores a 7% e 4%, por esta ordem. Nas restantes sub-regiões, a diminuição agregada dos gastos de financiamento foi consistentemente mais significativa do que a registada por, pelo menos, metade das empresas.

Por classes de dimensão, apenas as pequenas e médias empresas registaram uma diminuição dos respetivos gastos de financiamento, de 11%. Em oposição, os gastos de financiamento das grandes empresas aumentaram 9% e os das microempresas 1%, em 2018. Por setores de atividade económica, os gastos de financiamento diminuíram de forma mais acentuada nas empresas da agricultura e pescas e do comércio, que registaram reduções dos respetivos gastos de financiamento de 23%, no primeiro caso, e de 10%, no segundo.

No mesmo ano, o rácio de pressão financeira da região Centro, avaliado pelo peso dos gastos de financiamento no EBITDA, diminuiu 2 pp, para 11%, beneficiando simultaneamente da redução dos gastos de financiamento e do aumento do EBITDA (Gráfico I.3.14). Este nível foi inferior ao registado no total das empresas (14%), situação que foi transversal ao período 2014-2018.

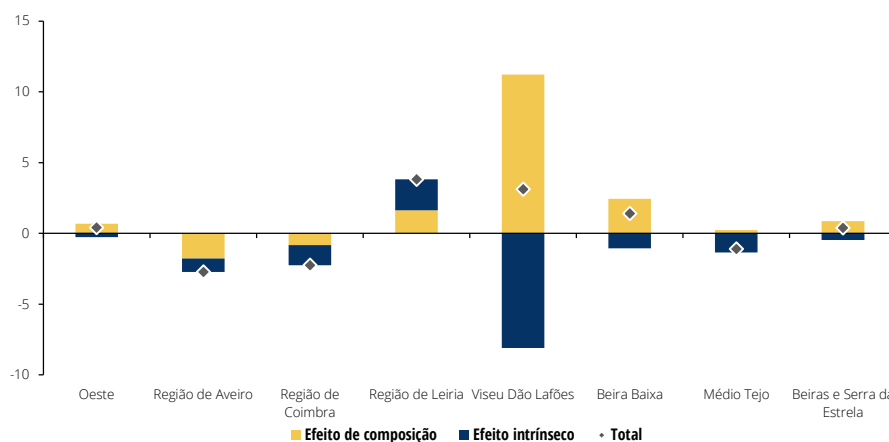
**Gráfico I.3.14 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA**



A redução do nível de pressão financeira entre 2017 e 2018 foi comum às várias sub-regiões que integram a região Centro, excetuando Viseu Dão Lafões. Nesta sub-região, a pressão financeira aumentou 1 pp em 2018, para 14%. A maior redução no nível de pressão financeira registou-se na Beira Baixa (6 pp). Ainda assim, em 2018, a fração do EBITDA consumido por gastos de financiamento foi inferior a 10% nas sub-regiões Região de Aveiro, Região de Coimbra e Médio Tejo (marginalmente), apresentando o seu valor máximo na Região de Leiria (15%).

Em 2018, foi precisamente na Região de Leiria que o peso dos gastos de financiamento no EBITDA mais se distanciou do observado na região Centro como um todo (superior em 4 pp) (Gráfico I.3.15). Este diferencial resultava da conjugação do efeito da composição do respetivo tecido empresarial, mais orientado para setores com maiores índices de pressão financeira, e do efeito intrínseco das empresas desta sub-região, cuja parcela de EBITDA consumida por gastos de financiamento era tendencialmente superior à observada em empresas dos restantes territórios da região Centro com atividades semelhantes. Destacava-se ainda o diferencial registado na sub-região Viseu Dão Lafões, cujo nível de pressão financeira era superior ao da região Centro em 3 pp. Esta diferença resultava de contributos distintos que se compensavam parcialmente: as características intrínsecas das empresas desta sub-região contribuíram para uma pressão financeira inferior à da região Centro, em 8 pp, enquanto o efeito da composição do seu tecido empresarial contribuiu para um peso dos gastos de financiamento no EBITDA superior, em 11 pp, ao registado na região como um todo.

**Gráfico I.3.15 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA | Decomposição do diferencial face ao total da região Centro (2018, em pp)**



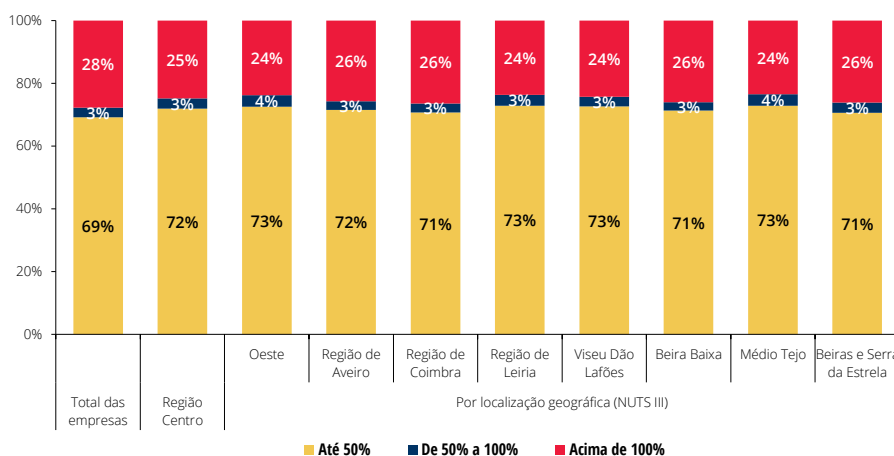


Os valores médios de pressão financeira não representavam o desempenho da maior parte das empresas, quer da região Centro, quer das sub-regiões que a compõem. Em 2018, metade das empresas da região apresentou uma pressão financeira igual ou inferior a 5%, valor marginalmente superior ao do total das empresas; os valores medianos eram inferiores aos indicadores médios em todas as sub-regiões, com os diferenciais a situarem-se entre os 4 pp, nas sub-regiões Região de Aveiro, Região de Coimbra e Médio Tejo, e os 10 pp, nas sub-regiões Região de Leiria e Viseu Dão Lafões.

Em 2018, a diminuição da pressão financeira foi comum a todas as classes de dimensão das empresas da região Centro. Nesse ano, 7% do EBITDA das grandes empresas foi consumido por gastos de financiamento, 12% nas microempresas (destacando-se o decréscimo de 18 pp da pressão financeira deste agregado face a 2014) e 13% nas pequenas e médias empresas. Por setores de atividade económica, a indústria apresentava o valor agregado de pressão financeira mais baixo (7%), enquanto o valor mais elevado estava associado à construção (22%, apesar da redução de 7 pp, em 2018).

No mesmo ano, 25% das empresas da região Centro não geraram EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento, proporção inferior à observada no total das empresas (28%) (Gráfico I.3.16). Esta parcela registou uma redução de 8 pp entre 2014 e 2018, redução essa análoga à observada no total das empresas.

**Gráfico I.3.16 • Pressão financeira | Distribuição das empresas por classes (2018)**



Por localização geográfica, a percentagem de empresas com EBITDA insuficiente para cobrir os gastos de financiamento não diferia muito da observada no total das empresas da região Centro. Em 2018, esta parcela foi igual a 26% nas sub-regiões Região de Aveiro, Região de Coimbra, Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela e igual a 24% nas restantes sub-regiões. No mesmo ano, 72% das empresas da região apresentaram uma pressão financeira inferior a 50% (69% no total das empresas); o peso destas empresas era inferior nas sub-regiões Região de Coimbra, Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela (71%) e mais elevado nas sub-regiões Oeste, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões e Médio Tejo (73%).

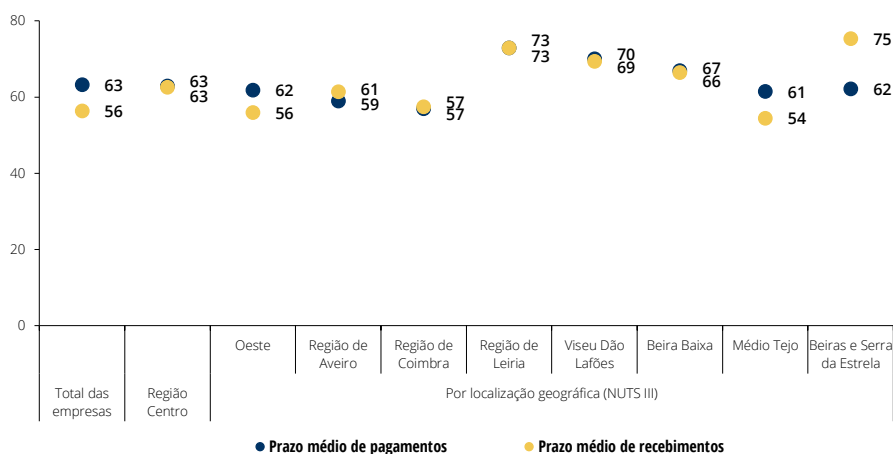
Na região Centro, em 2018, a percentagem de empresas que não gerava EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento era decrescente com a classe de dimensão. Por setores de atividade económica, os outros serviços e o comércio apresentavam as maiores parcelas de empresas nesta situação: 27% e 25%, respetivamente.

### 3.2.4 Financiamento por dívida comercial

Em 2018, o financiamento por créditos comerciais representava 21% do passivo das empresas da região Centro, parcela 4 pp superior à observada no total das empresas. O peso deste tipo de financiamento no passivo das empresas da região aumentou marginalmente entre 2014 e 2018.

O prazo médio de pagamentos das empresas da região Centro foi, em 2018, de 63 dias em termos agregados, à semelhança do observado no total das empresas (Gráfico I.3.17). Já o prazo médio de recebimentos da região excedeu o verificado no total das empresas em 6 dias, situando-se em 63 dias.

**Gráfico I.3.17 • Prazos médios de pagamentos e de recebimentos | Em dias (2018)**



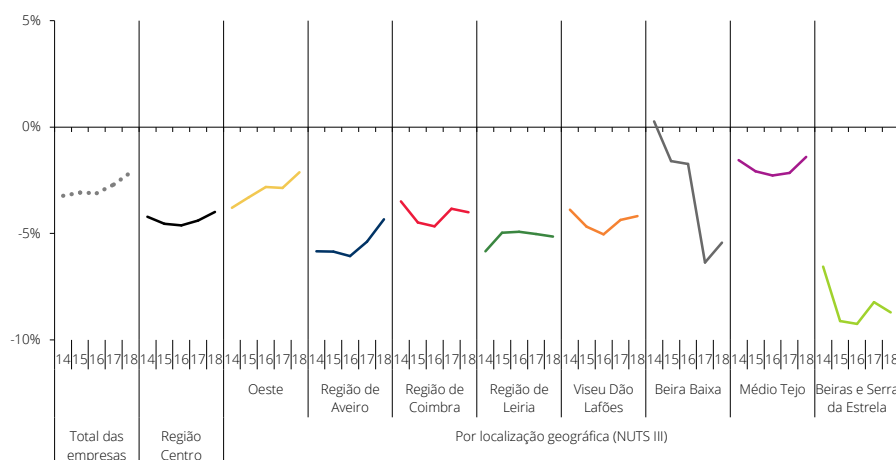
Entre 2014 e 2018, os prazos médios de pagamentos e de recebimentos das empresas da região Centro diminuíram, em ambos os casos e em termos agregados, 11 dias. Estas reduções foram superiores às verificadas no total das empresas, cujo prazo médio de pagamentos diminuiu 7 dias e o prazo médio de recebimentos 9 dias. Entre 2014-2018, a redução dos prazos médios foi transversal às sub-regiões que compõem a região Centro. Destacaram-se as sub-regiões Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra e Região de Leiria, com reduções de ambos os prazos médios iguais ou superiores a 10 dias.

Em 2018, a sub-região Beiras e Serra da Estrela apresentou, o maior diferencial entre o prazo médio de pagamentos e o prazo médio de recebimentos (13 dias), com o prazo médio de recebimentos a superar o prazo médio de pagamentos. Esta situação verificou-se, igualmente, na sub-região Região de Aveiro, na qual o prazo médio de recebimentos superou o prazo médio de recebimentos em 2 dias, enquanto na Região de Coimbra registou um diferencial marginal. Por oposição, nas sub-regiões Médio Tejo e Oeste, o prazo médio de recebimentos foi menor do que o prazo médio de pagamentos em 7 e 6 dias, respetivamente.

O indicador líquido de financiamento por dívida comercial<sup>25</sup>, que relaciona os saldos de fornecedores e de clientes com o volume de negócios, ajuda a compreender a forma como as empresas utilizam este meio de financiamento.

Em 2018, o financiamento líquido por dívida comercial da região Centro era negativo, sendo equivalente a 4% do respetivo volume de negócios (-2% no total das empresas). Esta situação verificou-se, de forma estrutural, durante todo o período analisado (Gráfico I.3.18), indiciando que, em termos líquidos, os créditos comerciais nunca constituíram uma fonte de financiamento das empresas da região, mas antes uma aplicação destas no financiamento dos seus clientes.

**Gráfico I.3.18 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios**



O indicador líquido de financiamento por dívida comercial foi negativo na generalidade das sub-regiões que integram a região Centro em todo o período analisado (constituindo a Beira Baixa, em 2014, ainda que de forma residual, a única exceção).

Por classes de dimensão, este indicador foi negativo independentemente da classe e do período considerados, estando os diferenciais mais negativos associados às pequenas e médias empresas. Já por setores de atividade económica, em 2018, o financiamento líquido por dívida comercial era particularmente negativo nos outros serviços, na eletricidade e água e na construção (equivalente a -8% do volume de negócios do primeiro setor e a -7% nos restantes casos). Em oposição, a agricultura e pescas foi o único setor a apresentar, sistematicamente ao longo do período em análise, diferenciais positivos entre os saldos de fornecedores e de clientes (3% do volume de negócios do agregado, em 2018).

<sup>25</sup> O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos). Um valor positivo implica que a empresa dispõe de um saldo de fornecedores superior ao saldo de clientes, ou seja, que a empresa está a obter financiamento através dos seus fornecedores. Um valor negativo deste indicador aponta a existência de um saldo de clientes superior ao de fornecedores, indicando que, globalmente, a empresa está a financiar os seus clientes.

---



---

## II Anexo

### 1 Síntese metodológica



# 1 Síntese metodológica

**Autonomia financeira:** Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

**Decomposição do diferencial das sub-regiões face ao total das empresas da região Centro:**

O diferencial entre os valores agregados para os rácios de cada sub-região analisada e o valor calculado para o total das empresas da região Centro é decomposto no efeito de composição, isto é, decorrente da estrutura setorial de cada uma das sub-regiões, e no efeito intrínseco, isto é, associado às características das empresas de cada sub-região. A metodologia de decomposição do diferencial adotada neste estudo segue a apresentada em Banco Central Europeu (2017).

**Dimensão da empresa:** As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros, ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

**Distribuição por quartis:** Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde à posição dos 25% da amostra ordenada (25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde à posição dos 50% da amostra ordenada, ou seja, metade das empresas observam um valor superior e metade um valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão da distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação Estudo da Central de Balanços 36 – *Quadros do setor e quadros da empresa e do setor*, fevereiro de 2019.

**Dívida remunerada:** A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

**EBITDA:** Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

**Empréstimos vencidos:** Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de empréstimos podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de empréstimos registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa dos empréstimos permanece, muitas vezes, registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituída por empréstimos abati-

**Gastos da atividade operacional:** O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

**Gastos de financiamento:** O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

**Índice de Theil (normalizado):** Indicador sintético de especialização setorial de um agregado territorial ou região. O índice de Theil para cada região ( $T_r$ ) é dado por  $-\sum_{j=1}^J \left[ \frac{x_{rj}}{x_r} * \ln \left( \frac{x_{rj}}{x_r} \right) \right]$ , sendo  $x_{rj}$  o volume de negócios da atividade  $j$  na região  $r$  e  $x_r$  o volume de negócios total das atividades consideradas na mesma região. Varia entre 0, refletindo situações de máxima especialização, e  $\ln J$ , em situações de diversificação total. Ao ser efetuada a normalização deste indicador (considerando que o índice de Theil normalizado  $T'_r$  é dado por  $\frac{\ln J - T_r}{\ln J}$ ), a leitura do indicador inverte-se, passando este a variar entre 0 e 1 em situações de máxima diversificação e de máxima especialização, respetivamente.

**Localização geográfica:** A localização geográfica da empresa refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

**Margem líquida:** Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

**Margem operacional:** Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

**Maturidade:** A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos, de 6 a 10 anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (maturidade na qual se incluem as empresas com 21 anos ou mais).

**Número de pessoas ao serviço:** Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

**NUTS:** A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS – 2013), de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão nº. 868/2014, de 8 de agosto de 2014, agrega hierarquicamente, de forma harmonizada, as estatísticas das várias regiões dos países.

**Outros passivos:** A classe “outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

**Pressão financeira:** Rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA.

**Rácio de empréstimos vencidos:** Rácio entre o montante de empréstimos vencidos e o total de empréstimos obtidos.

**Região Centro:** Região definida de acordo com as NUTS II que contempla as sub-regiões (no que se refere à segmentação do território de acordo com as NUTS III) Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa, Médio Tejo e Beiras e Serra da Estrela.

**Rendibilidade dos capitais próprios:** Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

**Rendimentos:** Corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

**Setor de atividade económica:** Foram excluídas desta análise, no que respeita ao total das empresas, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de*



*peçoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio e U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais, bem como na Subclasse 70100 – Atividades das sedes sociais da CAE-Rev.3.*

**Setor exportador:** O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros.

**Sistema bancário residente:** Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**Volume de negócios:** Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

# Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> )
ENI	Empresários em nome individual
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
RLP	Resultado líquido do período
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)
SNF	Sociedades não financeiras

# Referências

Banco Central Europeu (2017), "*Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups*", *Statistics Paper Series*, n.º 21, maio de 2017.

<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpsps/ecb.sps.21.en.pdf?7987429d9f97a422b02d19666f69ef7c>

Banco de Portugal (2008), "*Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), "*Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2015), "*Central de Responsabilidades de Crédito*", *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5\\_central\\_responsabilidades\\_de\\_credito.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf)

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol\\_econ\\_maio2015\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf)

Banco de Portugal (2018), "*Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016*", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 31, abril de 2018.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_31\\_2018.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_31_2018.pdf)

Banco de Portugal (2019), "*Quadros do setor e quadros da empresa e do setor*", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 36, fevereiro de 2019.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo\\_36\\_CB\\_2019.html](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo_36_CB_2019.html)

Banco de Portugal (2019), "*Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018*", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 40, dezembro de 2019.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_40\\_2019.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_40_2019.pdf)

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

# Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018
- 35 | Análise do dinamismo empresarial em Portugal, fevereiro 2019
- 36 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor, fevereiro 2019
- 37 | Análise das empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde, abril 2019
- 38 | Análise das empresas da região Norte, julho 2019
- 39 | Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal 2017, julho 2019
- 40 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018, dezembro 2019
- 41 | Análise das empresas da região Centro, janeiro 2020

